

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA -  
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO  
BACHARELADO EM RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS**

JOANA BRAGA PÊCEGO

A POLITIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA TIBETANA

SANTANA DO LIVRAMENTO  
2018

**JOANA BRAGA PÊCEGO**

A POLITIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA TIBETANA

TCC apresentado para avaliação na  
disciplina de Trabalho de Conclusão de  
Curso II de Relações Internacionais, da  
Universidade Federal do Pampa

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Anna Carletti

SANTANA DO LIVRAMENTO - RS

2018

## JOANA BRAGA PÊCEGO

### A POLITIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA TIBETANA

TCC apresentado para avaliação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II de Relações Internacionais, da Universidade Federal do Pampa

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Anna Carletti

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

#### BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Anna carletti (Orientadora)  
Relações Internacionais – UNIPAMPA

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Nathaly Xavier Schütz (Membro da Banca)  
Relações Internacionais – UNIPAMPA

---

Prof. Msc. Fernando Rieger (Membro da Banca)  
Relações Internacionais – UNIPAMPA

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de, antes de tudo, fazer alguns agradecimentos às pessoas que me ajudaram durante esta pesquisa, e que foram papel fundamental para sua produção.

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais, João e Rogéria, por todo suporte, não apenas durante os últimos quatro anos na universidade, mas por toda minha vida. Eles permitiram que eu sempre me dedicasse exclusivamente aos meus sonhos, sempre me ensinaram e me guiaram pelas escolhas certas, a eles devo tudo!

Agradeço aos mestres que tive, por todos os ensinamentos e pela minha formação. Obrigada por me proporcionar entender tudo e que sei e pela ajuda no meu desenvolvimento profissional. Foram estas pessoas que me provocaram a curiosidade e o conhecimento e motivaram sempre a buscar pelo meu melhor, que abrilhantaram a minha mente mais do que imaginam.

Especialmente, à minha orientadora, Anna Carletti, obrigada por me dispor de toda a sua maestria, pelas dicas e comentários mais proveitosos possíveis para a pesquisa. Por toda a paciência, todas as vezes que eu quis mudar o tema, que atrasei o prazo ou que me desesperei, todas as vezes que entrei em sua sala, nervosíssima, e saí calma por causa da sua serenidade. Obrigada pelo apoio inimaginável!

Ainda agradeço a todos os funcionários da Universidade Federal do Pampa de Santana do Livramento, que proporcionaram um ambiente aprazível, estimulante e propício no qual pude estudar durante este período. Obrigada a todos que me desejaram um bom dia todas as vezes que nos vimos, e até para aqueles que eu não cheguei a conhecer, mas que muito fizeram por mim.

Por último, mas com toda certeza não menos importante, obrigada a todos os amigos e pessoas especiais, que sabem quem são. Obrigada pelos conselhos, pelas conversas, pelas leituras recomendadas, pelo aconchego e amparo nas horas difíceis e pelo compartilhamento de horas boas. O desafio de estudar tão longe de casa foi difícil, mas graças a estas pessoas, não foi impossível.

A todos vocês, obrigada por tudo, e qualquer que seja a conquista, ela é nossa!!

## RESUMO

A pesquisa presente busca responder a seguinte questão: qual a importância, para China, da manutenção de soberania sobre a Região Autônoma do Tibete? Para tal, a pesquisa tratará de estudar as relações entre o governo central chinês e a província tibetana; também as interferências de atores externos; analisará o potencial geopolítico tibetano e sua importância estratégica para a segurança da China; e por último, serão verificadas quais são medidas tomadas pelo governo chinês, visando proteger o território tibetano. Dessa forma, pretende-se testar a hipótese inicial de que os fatores supracitados sejam a principal a motivação para que a China se interesse na manutenção de sua soberania sobre o Tibete.

**Palavras chave:** China; Tibete; conflito territorial; securitização; politização.

## **ABSTRACT**

The present research pursues to answer the following question: what is the importance, to China, in maintaining its sovereignty over the Tibetan Autonomous Region? For such, the research will study the relations between the Chinese central government and the Tibetan province; also, the interferences from external actors; it will analyse the Tibetan geopolitical potential and its importance to Chinese strategic security; and finally, the measures taken by the Chinese government, for protect the Tibetan territory, will be verified. Thus, it is intended to test the initial hypothesis, that the forementioned factors are the main reason for China to interest in maintaining its sovereignty over Tibet.

**Key words:** China; Tibet; territorial conflict; securitization; politicization.

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 - Mapa da “Linha Mc Mahon” .....           | 39 |
| Figura 2 - Mapa densidade demográfica na China..... | 53 |
| Figura 3 - Mapa dos rios da China .....             | 55 |
| Figura 4 - Mapa administrativo da China.....        | 58 |
| Figura 5 - Mapa étnico da China .....               | 59 |

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO .....   | 9  |
| 2 HISTÓRICO ENTRE O TIBETE E O GOVERNO CENTRAL DA CHINA .....                      | 14 |
| 2.1 O Tibete antes da soberania chinesa.....                                       | 15 |
| 2.2 Soberania chinesa - período anterior à 1950 .....                              | 17 |
| 2.3 Período posterior à 1950.....  | 22 |
| 3 INTERFERÊNCIA INTERNACIONAL E DE OUTROS ESTADOS.....                             | 33 |
| 3.1 Grã-Bretanha .....   | 36 |
| 3.2 Índia .....  | 44 |
| 3.3 Estados Unidos .....   | 47 |
| 4 GEOPOLÍTICA TIBETANA.....  | 52 |
| 5 POLITIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOBERANIA SOBRE A REGIÃO<br>AUTONOMA DO TIBETE ..... | 62 |
| 5.1 Teoria de securitização .....  | 62 |
| 5.2 Medidas chinesas para manutenção do território tibetano.....                   | 66 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....   | 74 |
| Bibliografia.....  | 79 |



## 1 INTRODUÇÃO

Com o tema “securitização na região autônoma do Tibete”, a presente pesquisa tratará do estudo das relações entre o governo de Pequim e a província autônoma do Tibete atentando também para a influência exercida pelo envolvimento de atores externos através da incitação de conflitos e desestabilização tibetana e consequentes distúrbios contra a China. Será realizada também a análise da geopolítica tibetana, seus aspectos territoriais e populacionais, a fim de averiguar a relevância estratégica da região do Tibete para a China. Por fim, evidenciaremos os esforços chineses para a manutenção de sua soberania sobre a região e sua segurança nacional.

As relações entre Tibete e o governo central chinês tem um desenvolvimento longo e complexo, iniciando-se por volta de 1720, com a conquista do Tibete pela dinastia Qing. A partir daí, se tem a instabilidade de afirmação sobre soberania ou independência (GOLSDSTEIN, 1992). Podem ser destacados alguns momentos que marcam essa instabilidade, como: a breve independência conquistada em 1912, com a queda da dinastia Qing; a reafirmação de soberania sobre o território tibetano, em 1950, pelo partido comunista de Mao Zedong, até que, em 1965, o Tibete é reconhecido como região autônoma da China e, deste momento em diante o Dalai Lama e parte do povo tibetano busca maior autonomia perante o governo chinês (GOLDSTEIN, 2007).

Acompanhando o recorte emporal proposto para a pesquisa, que inicia em 1950, ocorreu a Batalha do Chamdo, uma manobra militar chinesa que com sucesso promoveu um acordo [*Seventeen Point Agreement*] entre o Tibete e a China, dentro dos termos chineses. Tal acordo marcou o início de forte tensão entre os dois lados, já que sua validade é questionada pelo lado tibetano, e para o fato que, posteriormente, o Tibete tem recebido reconhecimento como uma região autônoma (GOLSDSTEIN, 1992).

Projeta-se, sobretudo, a análise da influência exterior sobre o assunto abordado, que levará em consideração sua popularidade na mídia ocidental e a repercussão na comunidade internacional, tornando a problemática ainda mais complexa (LIXIONG, [1999?]). Além disso, será considerada a atuação de Estados como a Índia, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos que demonstraram interesse na problematização do território tibetano, procurando preservar o Tibete como uma área de influência isenta de deliberações chinesas e, eventualmente, buscando, de

maneira estratégica, fragilizar a China considerada por alguns Estados uma potencial ameaça internacional.

A construção da imagem da China, como potencial ameaça internacional deve ser analisada a partir de seu desempenho econômico e político nos séculos XX e XXI. A China parece estar alcançando o auge de sua ascensão, sendo uma das maiores economias do mercado internacional e disputando poder de influência com a antiga hegemonia, os Estados Unidos. Considera-se um fator decisivo para o desenvolvimento chinês e progressão de sua ascensão o potencial de crescimento proporcionado pelas suas riquezas territoriais e demográficas. No entanto, a administração do seu território e dessas riquezas é um desafio para a China, o que pode prejudicar sua ascendência. Por isso, os atores externos, interessados na desestabilização chinesa, atuam para que o Tibete continue sendo uma problemática e um ponto de fragilidade na China.

Além disso, se estima reconhecer a relevância do Tibete para ser alvo de securitização chinesa, o que pode ser demonstrado também por meios geopolíticos. O Tibete possui grande valor estratégico para a China, considerando seu posicionamento, características físicas, pela razão de dispor de recursos naturais e controlar importantes nascentes fluviais, entre outros (CAVALCANTE, 2011). Fatores estes importantes para a segurança nacional chinesa. A perda de uma grande parte de seu território, como o Tibete, faria com que a China fosse fragilizada nacional e internacionalmente.

Verifica-se portanto, com os pontos observados anteriormente, a securitização e agenda chinesa feita em torno da problemática tibetana. Bem como o investimento no Tibete, para desenvolvimento econômico, infraestrutura, educação, saúde, etc. Além da regular atuação e presença militar chinesa na região (CHANSORIA, 2011).

Para a elaboração do trabalho será utilizada uma abordagem hipotético-dedutiva, levando em conta que o comportamento geral da China para com suas fronteiras será usado para analisar o caso tibetano. O procedimento histórico será usado para aprofundar a pesquisa, por meio de técnica de documentação indireta, utilizando-se de fontes como livros, artigos e notícias, bem como mapas e imagens acerca do tema abordado. Dessa forma, a metodologia utilizada para descrever as relações entre China e o Tibete, e a securitização dessa região, será qualitativa.

Como guia, a pesquisa será apoiada na problemática presente no seguinte questionamento: qual a importância, para a China, da manutenção de soberania sobre

o território tibetano? Para responder à questão, deverão ser considerados alguns pontos fundamentais, identificados como os objetivos deste trabalho. São eles, a problemática histórica existente entorno do caso tibetano, a importância que a proteção das fronteiras tem para a estabilidade doméstica chinesa, a influência externa na problemática, a importância estratégica geopolítica da região tibetana. Para em seguida, ser entendido o conceito de securitização, além de verificadas as medidas chinesas para proteção do território tibetano.

Assim sendo, em primeiro lugar será visto o histórico de relações entre o Tibete e o restante da China. Buscando evidenciar três pontos principais: a existência de uma problemática tibetana; a naturalidade da soberania chinesa sobre o Tibete, que se dá a muito tempo; e a realidade tibetana antes de ser pertencente da China, indicando como o controle chinês traz benefícios ao Tibete. Além disso, procura-se buscar o entendimento mais próximo da realidade de como os fatos se sucederam.

Como já foi mencionado, ainda que se verifiquem outros períodos, também importantes para a construção da pesquisa, o enfoque se dará nos acontecimentos posteriores à 1950. Já que, a partir deste momento, a China apresenta uma política mais rigorosa para a problemática, quando mudanças mais evidentes passam a acontecer no Tibete e também quando a problemática começa a ganhar ainda mais atenção internacional. Em suma, a primeira parte da pesquisa irá investigar o histórico de relações entre o Tibete e a China, com enfoque nas relações a partir de 1950.

Depois de analisado o histórico de relações entre a China e o Tibete, será abordada a influência de outros Estados na questão tibetana, para testar a suposição de que esse seja um fator fundamental para a existência do conflito. Serão analisadas atitudes de atores externos que parecem incitar a continuidade da problemática ou que impulsionem um movimento separatista. Tal análise visa mostrar que a reivindicação pela independência tibetana não parte de um movimento completamente interno e que o prestígio internacional conferido à causa tibetana amplifica a problemática para a China.

Os Estados a serem estudados são aqueles que mais possuíram ou ainda possuem influência no caso tibetano. A Grã-Bretanha, como um antigo poder imperialista, com grande influência na região asiática. A Índia, como um vizinho próximo ao território tibetano, bastante envolvido, sendo influenciado e influenciando diretamente a questão, e também atuante por muito tempo como marionete britânica. E por último, os Estados Unidos, como uma grande potência, bastante influente em

todo o Sistema Internacional, e assim como os demais estados analisados, com notório interesse na região. Além disso, há de se considerar, e será apresentado durante o trabalho, o interesse internacional como um todo, na questão tibetana e o impacto disto na importância e na resolução da problemática. Dessa forma, será apurada a interferência causada por outros Estados, por meio de suas relações com o Tibete, na segunda parte da pesquisa.

Por conseguinte, se examinará as características geopolíticas do Tibete, em seus aspectos geográficos, populacionais e territoriais. Assim, determinando a importância estratégica tibetana, causadora do interesse na região, tanto pela parte chinesa, assim como de outros Estados, que, como já foi mencionado, atuam com interesse na continuidade da problemática. Com a análise geopolítica, estima-se reconhecer a relevância tibetana, para que este seja assunto de segurança nacional chinesa. Portanto, a terceira parte da pesquisa é destinada a analisar a relevância da região tibetana, em seus aspectos geopolíticos, territoriais e populacionais, para a China.

Levando em consideração os pontos mencionados anteriormente, espera-se verificar a securitização e a agenda chinesa em torno da problemática tibetana. Buscando também, o esclarecimento teórico sobre segurança internacional e securitização. Para tal, será utilizado como pilar teórico a abordagem abrangente da Escola de Copenhague. Tal escola se mostra muito pertinente à pesquisa, já que sustenta que os estudos de segurança devem incorporar ameaças de cunho militar, político, econômico, ambiental e societal. A importância dessa teoria é outorgada por ela declinar o estadocentrismo no estudo da segurança internacional, tornando possível a análise de tensões regionais, como é o caso que será ponderado durante a pesquisa.

Considerando que seja confirmada a pressuposta importância estratégica tibetana e a sua relevância para a estabilidade doméstica chinesa, espera-se, finalmente, averiguar as medidas chinesas para a manutenção da sua soberania no Tibete, seja visando maior influência política, diálogo com os atores que fazem oposição, contentamento da população tibetana para evitar insurreições, legitimação de atitudes extraordinárias, etc. Dessa forma, à quarta e última parte da pesquisa é atribuída a tarefa de verificar a preocupação e ponderar as ações chinesas para a manutenção do território tibetano.

Visto todos os tópicos citados acima, resta testar a hipótese inicial de que o interesse chinês na manutenção da soberania sobre a região do Tibete tenha a segurança nacional da China como principal motivação, levando em conta os fatores que fazem com que a problemática exista, como a interferência externa. Serão consideradas as motivações para que se provoque o interesse na região, como a importância geopolítica e estratégica que o Tibete possui. Além da preocupação geral que a China possui em relação à proteção de todas as suas fronteiras.

O pretendido trabalho se justifica pela existência de conflito territorial na região autônoma do Tibete, o qual, é de interesse internacional, tanto midiático como para terceiros Estados que se envolvam, direta ou indiretamente, na questão, afetando, desta forma, a conjuntura internacional.

Outrossim, é possível afirmar sua importância vide os atores internacionais envolvidos: a China, como grande potência, tem capacidade de influenciar profundamente o sistema internacional. Logo, o desenrolar do tema em questão afetará a segurança e a estabilidade política chinesa, e por consequente o sistema internacional.

Espera-se que a pesquisa proposta possa contribuir para aprofundar esta temática no âmbito acadêmico. Admitindo que a união dos estudos teórico e histórico à análise geopolítica serve de enriquecimento para as relações internacionais. Considerando, ainda, a falta de conhecimento da complexidade da questão por muitos espectadores que se posicionam acerca da *libertação* do Tibete.

## 2 HISTÓRICO ENTRE O TIBETE E O GOVERNO CENTRAL DA CHINA

O histórico de relações entre Pequim e a província tibetana tem grande importância para análise do conflito existente entre estes, sendo uma matéria fundamental para o entendimento da problemática como um todo. Mas além disso, pode ser considerado um problema direto na questão tibetana. Segundo a especialista em assuntos asiáticos, Kerry Dumbaugh (2008), um dos principais pontos de controvérsia entre o governo chinês e grande parte dos tibetanos é referente à dúvida de se o Tibete já foi um Estado independente no passado.

Competing claims about Tibet's past are one of the apparent sticking points in progress on Sino-Tibetan negotiations. While the Dalai Lama has stated many times that he is not seeking Tibetan independence, he has claimed that Tibet once was independent. One of the PRC's demands is that the Dalai Lama acknowledge historical Chinese sovereignty over Tibet<sup>1</sup> (DUMBAUGH, 2008, p. 13).

De um lado, o governo chinês, em defesa de sua soberania sobre a região do Tibete, afirma que este território lhe pertence há muito tempo. Apontando fatos como a permanência de tropas chinesas, a defesa desse território contra agressores estrangeiros e a escolha de alguns líderes tibetanos, como provas da declarada soberania chinesa sobre o Tibete.

Pelo outro, o governo em exílio do Tibete, quer o reconhecimento de que este foi um país independente antes da invasão de 1949 feita pela República Popular da China (RPC). Corroborando a reivindicação com fatos como a condução de seus próprios negócios internacionais, ter controle sobre um poderoso exército e possuir uma cultura singular e única (DUMBAUGH, 2008).

Dessa forma, o histórico servirá para buscar o entendimento mais próximo da realidade de como os fatos se sucederam. Além de procurar também, nortear o restante da pesquisa, através do reconhecimento e estudo da problemática desenvolvida nestes acontecimentos.

---

<sup>1</sup> Reivindicações sobre o passado do Tibete são um dos aparentes pontos em progresso nas negociações sino-tibetanas. Embora o Dalai Lama tenha declarado muitas vezes que não está buscando a independência tibetana, ele afirma que o Tibete já foi, uma vez, independente. Uma das exigências da República Popular da China (RPC) é que o Dalai Lama reconheça a soberania histórica chinesa sobre o Tibete (tradução nossa).

## 2.1 O Tibete antes da soberania chinesa

O começo da relação entre a China e o Tibete se dá por intermédio da dominação mongol da Ásia, no século XII. Tal correspondência ocorre quando o imperador mongol, entra em acordos com um erudito da escola de Sakya<sup>2</sup>, e cede apoio para que este se torne governante do Tibete. Soma-se ao fato, dele ter se convertido ao budismo, e intitular-se “sacerdote-protetor”.

relación que caracterizó a partir de entonces las relaciones de los mongoles (y por extensión de los chinos) com los tibetanos. De este modo la teocracia budista aseguró la preponderancia de la escuela Sakya en el Tíbet pero compartió el poder con el emperador de China (de origen mongol en ese momento histórico)<sup>3</sup> (HERNÁNDEZ, 2009, p. 46).

A subordinação tibetana à China tem início por volta de 1700, no século XVIII. Quando, na era dos 6º e 7º Dalai Lamas se vivia um período caótico no Tibete, a dinastia Qing, que regia a China, começou a traçar essa relação.

En 1717 los mongoles de Dzungar atacaron el Tíbet por divergencias sobre acuerdos anteriores establecidos con los tibetanos. Los mongoles provocaron la muerte de Lhabzang Khan, saquearon los monasterios y depusieron al sexto Dalai Lama. Para resolver este conflicto en 1720 la dinastía Qing envió tropas al Tíbet en respaldo del recién instalado séptimo Dalai Lama, y convirtió al Tíbet en protectorado<sup>4</sup> (HERNÁNDEZ, 2009, p. 47).

Entretanto, o enfraquecimento de poder na China reflete na influência que esta possui sobre o Tibete, que em meados do século XIX é inexpressiva (GOLDSTEIN, 1992). Antes da China assumir o controle efetivamente, o sistema de estado tibetano vigente era como o feudalismo europeu, no qual as terras eram designadas a um senhor. Que no Tibete, este poderia ser o governo, um Lama, um monastério ou uma família da aristocracia, que além de serem proprietários da terra, também recebiam a corveia proveniente dos camponeses, considerados propriedade do senhor.

O ponto mais distintivo do feudalismo tibetano era o fato dos camponeses serem propriedade do senhor, e não poderem abandonar a terra para procurar outro

---

<sup>2</sup> Sakya: uma das quatro linhagens do budismo tibetano (Sakya, Nyingma, Kagyu e Gelug).

<sup>3</sup> relacionamento que caracterizou, desde então, as relações dos mongóis (e por extensão dos chineses) com os tibetanos. Desta forma, a teocracia budista assegurou a preponderância da escola Sakya no Tibete, mas compartilhou o poder com o imperador da China (de origem mongol naquele momento histórico) (tradução nossa).

<sup>4</sup> Em 1717, os mongóis de Dzungar atacaram o Tibete por divergências em relação a acordos antes estabelecidos com os tibetanos. Os mongóis causaram a morte de Lhabzang Khan, saquearam os mosteiros e depuseram o sexto Dalai Lama. Para resolver esse conflito, em 1720, a dinastia Qing enviou tropas ao Tibete em apoio ao sétimo Dalai Lama recém-instalado e transformou o Tibete em um protetorado (tradução nossa).

ganho. A ligação entre os camponeses e a terra se dava de forma hereditária, por descendentes paralelos, ou seja, todas as filhas e mulheres de uma camponesa pertenceriam à mesma terra e por ventura ao mesmo senhor, igualmente para os meninos e filhos dos camponeses homens (GOLDSTEIN, 2007).

Além disso, o Tibete era reconhecido pelo seu monasticismo em massa. Antes da alçada chinesa, o número de monges era extraordinário. Segundo o especialista no Tibete, Melvyn C. Goldstein, acreditava-se que a quantidade de monges traria mais notoriedade para a nação.

This is not surprising, because Tibet's monks, abbots, and incarnate lamas believed that the real measure of Tibet's superiority and uniqueness as a nation was not individual monks' intellectual or spiritual virtuosity, one holy monk meditating in the mountains for years on end, or the authorship of one brilliant new religious text on Buddhist dialectics, but rather monastic quantity, or what I refer to as mass monasticism<sup>5</sup> (GOLDSTEIN, 2007, p. 14).

Dessa forma, o Tibete utilizava de mecanismos para engajar o maior número de monges, como prover materialmente ou conferir grande prestígio para estes. Por isso, muitas famílias mandavam os filhos para o monastério ainda crianças. Tendo em vista a pobreza das famílias, um dos motivos para tornar as crianças em monges era reduzir o número de bocas a alimentar. Outro motivo, seria a crença na honra e privilégio de ser um monge; além de muitos outros motivos.

Como o monasticismo em massa configurava a grandiosidade tibetana, há a convicção de que a religião deva sobrepor e administrar as esferas econômicas e políticas do Tibete, a fim de que os interesses religiosos sejam protegidos. Assim sendo, configura-se o cenário político conhecido no Tibete: com a liderança do Dalai Lama, além de muitos cargos do governo reservados para monges e abades. Entretanto, ressalta-se que dessa forma é conformada uma governança com característica de ser extremamente conservadora (GOLDSTEIN, 2007).

---

<sup>5</sup> Não é surpreendente porque os monges, abades e lamas encarnados do Tibete acreditavam que a verdadeira dimensão da superioridade e singularidade do Tibete como nação não era a virtude intelectual ou espiritual dos monges individuais, um monge santo meditando nas montanhas por anos a fio, ou a autoria de um novo e brilhante texto religioso sobre a dialética budista, mas a quantidade monástica, ou a que me refiro como monasticismo em massa (tradução nossa).



## 2.2 Soberania chinesa - período anterior à 1950

Após a conquista da tutela do Tibete no século XVIII pela dinastia Qing, a China mantém uma suave interferência na região. A representação chinesa era feita por dois altos oficiais em Lhasa, os Amban<sup>6</sup>. Estes eram responsáveis pelo aconselhamento do Dalai Lama, que em 1750 foi tacitamente reconhecido como governante do Tibete. Já durante o século XIX, a China atuava na proteção do Tibete de invasões estrangeiras, e além disso, controlava a escolha de novos Dalai Lama e Panchen Lama (VERNOLE, 2014)

Por volta de 1900 é reconhecida a soberania chinesa de fato. Consequente da proposição de um tratado inglês, que sugeria isto, mas favorecia a parte britânica, comercial e politicamente, prevendo sua permanência na região. O tratado não foi assinado pelo governo chinês. Subsequente, em uma Convenção anglo-russa, em 1907, é reconhecido que o Tibete estaria sob jurisdição chinesa (VERNOLE, 2014).

Este episódio tem início com a invasão britânica no Tibete nos anos de 1903 e 1904, decorrente da importância estratégica que a região possui e sua posição central nas relações exteriores da Grã-Bretanha, da Rússia e da China, causando a disputa pela influência nesta área. A invasão levou o Tibete a assinar um tratado, em que acordava abrir o mercado comercial para a Índia e aceitava a presença militar britânica, além de renunciar suas relações com quaisquer outros Estados (GOLDSTEIN, 1992).

Nessa circunstância, o 13º Dalai Lama fugiu do Tibete, em 1910. Visto que os esforços do exército tibetano não conteriam a invasão britânica, ele se refugia na Mongólia, a espera de apoio Russo. Tal apoio não é cedido, considerando que a Rússia passava por distúrbios internos, e não pretendia envolver-se com o problema tibetano. Enfim, como a fuga ocorreu em desacordo com o conselho dos ambans, o governo chinês responde com a deposição do Dalai Lama.

Consequentemente, a China vê a necessidade de tomar uma posição de interferência mais direta na administração do Tibete. Para Goldstein (1992):

China, for the first time, now made a concerted effort to bring Tibet and the semiautonomous Tibetan chiefdoms of Eastern Tibet (Kham) under their direct control. As they saw it, matters in Tibet had gone totally wrong. The Tibetan government, headed by the Dalai Lama, no longer obeyed the ambans or the emperor and as a result of the invasion of 1904 there seemed

---

<sup>6</sup> Amban: altos oficiais da dinastia Qing mandados para o Tibete e outras províncias como o Qinghai, a Mongolia e o Xinjiang.

to be a real danger that Tibet could become a British protectorate as had Bhutan and Sikkim<sup>7</sup> (GOLDSTEIN, 1992, p. 46).

Assim sendo, o governo chinês implementa novas regras, como: todos habitantes devem responder ao imperador e à legislação chinesa, além de revogar as taxas pagas aos chefes tibetanos e monastérios, transferindo-as a serem pagas para a China. Ademais, inicia a exploração de recursos naturais tibetanos, trabalhando também em melhorias na infraestrutura, além da implementação de escolas chinesas (GOLDSTEIN, 1992).

Para mais, a China intervém com atuação militar em Lhasa. Com isso, o 13º Dalai Lama, que retornaria ao Tibete, decide fugir para a Índia. Diante disso, o governo chinês o depõe novamente, e o revoga de sua condição de reencarnação. Concernente aos soldados britânicos, estes deixam o território tibetano, mediante a uma compensação financeira (VERNOLE, 2014; GOLDSTEIN, 1992).

Entretanto, como já foi apontado, o enfraquecimento da dinastia Qing durante o início do século XIX, espelhava-se no papel que a China tinha no Tibete. A influência mantida na região passou a não ser significativa (GOLDSTEIN, 1992). Alguns dos motivos para este enfraquecimento são os conflitos apresentados por Roberto Hernández (2009):

La derrota de China en dos guerras forzó al gobierno a tolerar el comercio del opio y a firmar tratados desiguales por medio de los cuales abrió varios puertos al comercio exterior en términos de un intercambio desigual y cedió Hong Kong a Gran Bretaña y Macao a Portugal. Esta humillación por parte de las potencias extranjeras contribuyó a la rebelión Taiping (1850-1864), a la rebelión Boxer (1899-1901) y a la caída de la dinastía Qing en 1911<sup>8</sup> (HERNÁNDEZ, 2009, p. 48).

Tendo isso em vista, pondera-se a Revolução de 1911 e a queda da dinastia Qing. Ocorrências como a execução do governador de Sichuan e assassinatos de oficiais do império por ex-chefes tibetanos, mostram a necessidade de defesa da

---

<sup>7</sup> Pela primeira vez, a China concentrou esforços para colocar o Tibete e os chefes semi-autônomos do Tibete Oriental (Kham) sob seu controle direto. Como eles perceberam, as questões tibetanas vão completamente erradas. O governo tibetano, liderado pelo Dalai Lama, não obedecia mais aos ambans ou ao imperador e, como resultado da invasão de 1904, parecia haver um perigo real de que o Tibete se tornasse um protetorado britânico, assim como o Butão e o Sikkim (tradução nossa).

<sup>8</sup> A derrota da China em duas guerras forçou o governo a tolerar o tráfico de ópio e a assinar tratados desiguais através dos quais abriu vários portos ao comércio exterior em termos de uma troca desigual e cedeu Hong Kong à Grã-Bretanha e a Macau a Portugal. Essa humilhação por parte das potências estrangeiras contribuiu para a rebelião de Taiping (1850-1864), a rebelião de Boxer (1899-1901) e a queda da dinastia Qing em 1911 (tradução nossa).

unidade nacional chinesa. O que foi feito, a princípio, via opressão militar. (JIAWEI; GYAINCAIN, 2009).

Enquanto isso, foi mantida a comunicação com o 13º Dalai Lama em refúgio. Até que em 1912, os dois lados entram em um acordo de paz. No qual os termos seriam:

the Sichuan troops hand over their weapons to be sealed off in Tibet; the Sichuan troops return to the hinterland via India, while imperial commissioners and officials in Tibet remain in place; the imperial commissioners and the army chief retain 30 and 60 firearms respectively; the Han side pays the Tibetans for the losses inflicted by the Sichuan troops<sup>9</sup> (JIAWEI; GYAINCAIN, 2009, p. 20).

Além disso, o governo chinês restaura o título do 13º Dalai Lama. Permitindo-o manter a ordem do budismo tibetano. Este mostrou-se grato e muito respeitoso com o presidente chinês. Segundo os autores Wang Jiawei e Nyima Gyaincain, levando em consideração tais acontecimentos - o fato de os ambans poderem continuar no território, segundo os termos do acordo; e a cordialidade e respeito da parte do Dalai Lama - presume-se que não havia intenção tibetana de separação da China (JIAWEI; GYAINCAIN, 2009).

Por outro lado, o autor Melvyn C. Goldstein (1992) traz um ponto de vista diferente do que é apresentado por Wang Jiawei e Nyima Gyaincain. Para este autor, durante a revolução de 1911, o 13º Dalai Lama, na Índia, havia criado um departamento de guerra que armava uma rebelião contra os chineses. Logo, devido ao sucesso tibetano, as tropas chinesas se rendem e deixam o Tibete. Com isso, o Dalai Lama pode retornar à sua terra, livre de um exército chinês pela primeira vez desde o século XVIII (GOLDSTEIN, 1992).

Em seguida, o então presidente chinês envia ao Dalai Lama uma mensagem, esperando a cooperação deste com a nova república que foi instaurada na China. Afirmando que ele seja importante elo entre o Tibete e a pátria mãe, e que os erros passados deveriam ser esquecidos, renovando o título de leal e submisso vice-regente que o Dalai Lama deveria possuir. Entretanto, a resposta recebida não é profícua. “The Dalai Lama replied that he [...] “intended to exercise both temporal and

---

<sup>9</sup> as tropas de Sichuan entregarem suas armas para ficarem apreendidas no Tibete; as tropas de Sichuan voltarem para o interior através da Índia, enquanto os comissários imperiais e funcionários do Tibete permanecem no local; os comissários imperiais e o chefe do exército reterem 30 e 60 armas de fogo, respectivamente; o lado Han pagar aos tibetanos pelas perdas infligidas pelas tropas de Sichuan (tradução nossa).

ecclesiastic rule in Tibet". In other words, he cut even the symbolic tie with China<sup>10</sup> (GOLDSTEIN, 1992, p. 59-60).

Ainda assim, essa declaração do Dalai Lama, como outras que seguiam o mesmo pensamento, não era de fato uma declaração de independência oficial, segundo os termos ocidentais. Mesmo que dessa forma fosse indicada a vontade de liberdade do Dalai Lama, de governar o Tibete sem a interferência chinesa. Ainda que também, os tibetanos as vissem sim, como declaração da independência (GOLDSTEIN, 1992).

Não obstante, a tentativa de independência do Tibete foi arriscada, em 1913, na Convenção de Simla - uma negociação entre a província tibetana, a China e a Grã-Bretanha. Nesta convenção se tem a apresentação de uma demanda de seis pontos pela parte tibetana, que se resumiam em: o reconhecimento do Tibete como um Estado independente e sem ligação com o governo chinês; a anexação de áreas de Qingai e Sichuan ao Estado tibetano (JIAWEI; GYAINCAIN, 2009).

Evidentemente, a China se recusa entrar em acordo com os pontos apresentados, afirmando que o Tibete é uma parte da China, e que isto não pode ser revogado. Dessa forma, propôs que o Tibete é parte inalienável da China; sem a aprovação chinesa o Tibete não pode concluir acordos com terceiros Estados; e que as tropas chinesas devem ser posicionadas em Lhasa, a capital administrativa da Região Autônoma do Tibete. (JIAWEI; GYAINCAIN, 2009).

À vista do desacordo, o representante britânico, Henry McMahon, interfere na discussão. Sua proposta é de que o Tibete fosse dividido em duas partes:

(Tibet interno e Tibet externo): a ovest il Tibet centrale (Esterno), dal Ladakh a Chamdo, sotto il potere del Dalai Lama, che avrebbe però dovuto riconoscere la sovranità cinese; ad est (Interno), il Kham e l'Amdo controllati dalla Cina, che si sarebbe impegnata a garantire l'autonomia del Tibet centrale e a non trasformarlo in una provincia cinese<sup>11</sup> (VERNOLE, 2014)

Em conclusão da Convenção de Simla, o tratado final propunha a divisão apresentada acima, além do traçado da "linha McMahon", que define as fronteiras entre China, Tibete e a Índia britânica. Contudo, a China, por fim, não assina o tratado.

<sup>10</sup> O Dalai Lama respondeu que [...] "pretendia exercer o domínio temporal e eclesiástico no Tibete". Em outras palavras, ele cortou até mesmo o laço simbólico com a China (tradução nossa).

<sup>11</sup> (Tibete interno e Tibete externo): no oeste o Tibete central (externo), de Ladakh até Chamdo, sob o poder do Dalai Lama, que teria que reconhecer a soberania chinesa; no leste (interno), o Kham e o Amdo controlados pela China, que seria comprometida em garantir a autonomia do Tibete central e não transformá-lo em uma província chinesa (tradução nossa).

Dessa forma, pela parte chinesa, essa divisão é considerada ilegal, assim como a semi-independência tibetana adquirida na convenção não é levada em consideração (JIAWEI; GYAINCAIN, 2009).

Como já foi salientado anteriormente, parte da problemática se dá na dúvida da situação tibetana antes 1950. Segundo a autora espanhola Carolina Notario (2015), a origem do conflito se dá na falta de um acordo definitivo sobre o status político dessa área.

De acuerdo con la República Popular China, Tíbet lleva siendo una parte inalienable de China desde el siglo XII [...] por otra parte, en el año 1993, el gobierno tibetano en el exilio afirmó que Tíbet ya era un Estado antes de 1950. De esta manera, y aunque las autoridades tibetanas en el exilio afirman que ha sido tradicionalmente un país soberano e independiente, algunos expertos consideran que China ya controlaba por completo esta zona desde la revolución de 1911, y más especialmente desde la fundación de la República Popular China en el año 1949<sup>12</sup> (NOTARIO, 2015, p. 2).

No entanto, é possível afirmar que sem um acordo definitivo, se daria continuidade na situação tibetana anterior à revolução de 1911. Acertadamente, chega-se nessa conclusão ao observar a seguinte situação:

At the fall of the Qing dynasty Mongolia had a political status parallel to that of Tibet, and like Tibet, sought to become independent. Mongolia, however, underwent a Communist Revolution and became part of the Soviet bloc. [...] However, like Tibet, Mongolian Independence was de facto not de jure, and Chiang Kaishek continued to claim it as part of China. The Russian victory in WWII quickly changed that. [...] the USSR supported [...] a plebiscite for independence in Mongolia. When the results of the plebiscite unanimously favored independence from China, the USSR and the United States persuaded Chiang Kaishek to accept the vote. As a result, Mongolia today is an independent country and a member of the United Nations<sup>13</sup> (GOLDSTEIN, 1999, p. 40).

Diferente da Mongólia, que conquistou sua independência ao associar-se com a União Soviética, o Tibete continua na situação de *independência ilegal*. Nesse

---

<sup>12</sup> De acordo com a República Popular da China, o Tibete tem sido uma parte inalienável da China desde o século XII [...] por outro lado, em 1993, o governo tibetano no exílio afirmou que o Tibete já era um Estado antes de 1950. Desta forma, e embora as autoridades tibetanas no exílio afirmem que tradicionalmente tem sido um país soberano e independente, alguns especialistas consideram que a China já controlou completamente essa área desde a revolução de 1911, e ainda mais desde a fundação da República Popular da China no ano de 1949 (tradução nossa).

<sup>13</sup> Com a queda da dinastia Qing, a Mongólia tinha um status político paralelo ao do Tibete e, como o Tibete, buscava se tornar independente. A Mongólia, no entanto, passou por uma revolução comunista e se tornou parte do bloco soviético. [...] No entanto, como o Tibete, a independência da Mongólia não era realmente *de jure*, e Chiang Kaishek continuou a reivindicá-la como parte da China. A vitória russa na Segunda Guerra Mundial mudou isso rapidamente. [...] a URSS apoiou [...] um plebiscito pela independência na Mongólia. Quando os resultados do plebiscito favoreceram unanimemente a independência, a URSS e os Estados Unidos persuadiram Chiang Kaishek a aceitar o voto. Como resultado, a Mongólia é hoje um país independente e membro das Nações Unidas (tradução nossa).

panorama, portanto, é possível dizer que a falta de um acordo definitivo serve de indício da não independência tibetana (GOLDSTEIN, 1999; HERNÁNDEZ, 2009).

Todavia, a intervenção militar chinesa no Tibete em 1950, acontece como forma de corroboração da soberania chinesa na região. O governo de Mao Zedong cria então a Região Autônoma do Tibete, incorporando definitivamente o território à China (NOTARIO, 2015).

### **2.3 Período posterior à 1950**

Todo o caos proveniente da revolução de 1911 é finalmente amansado e resolvido em 1949, com a proclamação oficial da República Popular da China. Com isso, é retomada a questão de definição das fronteiras chinesas. Não seria tolerado que o Tibete, que foi esfera de influência chinesa durante tanto tempo, voltasse a ser independente (HERNÁNDEZ, 2009).

A política da China em relação às suas fronteiras multiétnicas, durante o governo de Mao Zedong, era de que estas seriam regiões autônomas, mas indivisíveis do território, sem direito de secessão. Tendo isso em vista, objetiva-se a libertação do Tibete, preferencialmente por meios pacíficos. A intenção de não usar a ação militar no Tibete se dava pelo conhecimento de suas seguintes peculiaridades: diferente das demais fronteiras da China, o Tibete tinha maior visibilidade e apoio internacional; além de possuir um território inconveniente para guerras.

Entretanto, o governo chinês acreditava ser necessário pressionar militarmente o Tibete para conseguir entrar em uma negociação de paz com este. Por isso, um dos principais objetivos do Exército Popular de Libertação seria a tomada da região tibetana. O lado tibetano não cooperou em conversar com o governo chinês e para forçar um encontro e acordo, se dá a intervenção militar chinesa no Tibete em 1950. Assim sendo, o Tibete cede às negociações e assina um acordo com a China chamado “Acordo de dezessete pontos para libertação pacífica do Tibete” (GOLDSTEIN, 1999).

O acordo assinado pelo Tibete e por Pequim em 1951 trazia termos interessantes para ambos os lados. O Tibete deveria reconhecer seu pertencimento à pátria mãe; enquanto o governo chinês deveria aceitar que o Dalai Lama e a tradicional política econômica do Tibete se mantivessem por quanto tempo os tibetanos desejassem assim. Dessa maneira, pela primeira vez, foi formalmente acordado a soberania da China sobre o Tibete, entre estes (GOLDSTEIN, 1999).

The 1951 agreement, if we look back, grants full autonomy to Tibet in the matters of governance, religion, language and culture and preserving the traditional religious and administrative institutions like the institutions of the Dalai Lama and Panchen Lama within the geographical boundaries of (greater<sup>14</sup>) Tibet and vesting the foreign and defense matters with the Chinese central government<sup>15</sup> (BHATKOTI, [2005?], p. 58).

Apesar do reconhecimento oficial da soberania chinesa, o Tibete continuaria a ser uma teocracia feudal. No entanto, nem todos os tibetanos acreditavam que a China respeitaria o acordo, uma vez que conseguisse o controle da região. Estes temiam a interferência e mudança da estrutura mantida no Tibete, visto as brechas que o acordo apresentava, tais como: os chineses poderiam fazer reformas, caso essa fosse a vontade dos tibetanos. Considerando ainda, que seriam estacionadas tropas chinesas no Tibete, o que também foi do desagrado de alguns dos tibetanos, preocupados que fossem coagidos à mudança (GOLDSTEIN, 1999).

Ao contrário do que pensavam esses tibetanos, a política chinesa no Tibete foi moderada durante os primeiros anos logo após o acordo. O que Mao Zedong aspirava era uma política gradual, até que o sistema chinês fosse implementado no Tibete como um todo. Todavia, esse não era o plano de certos oficiais chineses, que pretendiam promover, sem tardar, reformas políticas na região.

Enquanto as opiniões se divergiam, em relação às reformas no Tibete, oficiais do Exército Popular de Libertação descumpriam a ordem de respeitar as elites feudais e o sistema tibetano vigente. Além disso, indícios que alguma reforma político-econômica realmente aconteceria eram levantados. Por isso, entre os anos de 1952 e 1959, foram desencadeadas diversas rebeliões tibetanas (BHATKOTI, [2005?]; GOLDSTEIN, 1999).

Destaca-se entre as rebeliões, a eclosão da revolta em Lhasa de 1959, que resulta na fuga do 14º Dalai Lama. Na ocasião, o líder tibetano foge para Dharamsala, na Índia, dado que as tropas da República Popular da China, agindo contra a rebelião,

---

<sup>14</sup> *Greater Tibet* compreendendo todas as três províncias – U-tsang, Kham and Amdo (BHATKOTI, [2005?], p 63) (tradução nossa).

<sup>15</sup>O acordo de 1951, ao recordá-lo, concede total autonomia ao Tibete nas questões de governança, religião, língua e cultura e preservação das instituições tradicionais religiosas e administrativas como o Dalai Lama e Panchen Lama nas fronteiras geográficas do (*greater*) Tibete e a administração dos assuntos estrangeiros e a defesa fica com o governo central chinês (tradução nossa).

começou a bombardear o palácio do Dalai Lama em Lhasa. Desse modo, o “Acordo de dezessete pontos para libertação pacífica do Tibete” é revogado, tanto pela parte tibetana, quanto pela chinesa, que derroga com o sistema de governo tibetano de uma vez.

It confiscated the estates of the religious and secular elites, closed down most of Tibet's several thousand monasteries, and created a new Communist governmental structure. Tibet's special status as a theocratic political entity within the Chinese Communist state was now ended<sup>16</sup> (GOLDSTEIN, 1999, p. 55).

Depois do acontecimento de 1959, o conflito e desacordo sobre quem tem real poder de governar o Tibete volta à tona. Com isso, o lado chinês aponta a arbitrariedade do sistema feudal mantido no regime da região; enquanto o governo em exílio tibetano faz denúncia sobre a violação dos direitos humanos por parte do governo chinês no Tibete (GOLDSTEIN, 1999).

Nesse período, o governo em exílio do Tibete procurava, sem sucesso, apoio estrangeiro para a legitimação de seu poder e independência. Enquanto isso, o governo chinês reformava o sistema tibetano, além de reorganizar o Tibete territorialmente. “China reorganized Tibet by making U-tsang as Tibet Autonomous Region and merging Kham and Amdo regions with Yunnan, Sichuan, Gansu and Qinghai provinces<sup>17</sup>” (BHATKOTI, [2005?], p. 59).

A morte de Mao Zedong em 1976 serve para a mudança da forma de política chinesa. Deng Xiaoping, o novo líder político da China, optou pela adoção de uma política mais flexível, e intenta dialogar com o governo em exílio (BHATKOTI, [2005?]). Por conseguinte, medidas unilaterais, afim de trazer de volta o Dalai Lama para a China, foram tomadas a partir de 1978. Entre elas estaria a libertação de prisioneiros tibetanos, a permissão para que os tibetanos visitassem a família no exterior e garantindo visto para que os tibetanos em exílio visitassem o Tibete (BHATKOTI, [2005?]; GOLDSTEIN, 1999).

China also began to invest heavily in Tibet, building industries, roads, and encouraging tourism. Monasteries were reopened and restored, and religious restrictions on pilgrimages and worship were largely relaxed, leading to talks

---

<sup>16</sup> Confiscou as propriedades das elites religiosas e seculares, fechou a maioria dos milhares de mosteiros do Tibete e criou uma nova estrutura governamental comunista. O status especial do Tibete como uma entidade política teocrática dentro do estado comunista chinês foi encerrado (tradução nossa).

<sup>17</sup> A China reorganizou o Tibete fazendo de U-tsang a Região Autônoma do Tibet e fundindo as regiões de Kham e Amdo com as províncias de Yunnan, Sichuan, Gansu e Qinghai (tradução nossa).



in the early 1980s between China and the Dalai Lama in exile about his possible return to Tibet<sup>18</sup> (LIN, [entre 2012 e 2017], p. 8).

Apesar dos gestos chineses, as delegações tibetanas que visitaram o território não se mostraram satisfeitas com a situação do Tibete. Além de que, com as visitas à região puderam perceber o grande apoio que o Dalai Lama possuía. Logo, este se mantém em exílio, recusando a proposta de voltar à China (GOLDSTEIN, 1999; LIN, [entre 2012 e 2017]).

Para mais, as revoltas e manifestações anti-China dos tibetanos - que muitas vezes eram sangrentas - são uma preocupação para o governo chinês, considerando, com ênfase, que os turistas simpatizam com o movimento de *libertação* do Tibete. A publicidade negativa pode fazer com que a China perca o apoio internacional na questão tibetana. O que é plausível, ao se considerar episódios como o que é apresentado por Diana Lin:

in an incident captured by the world media, the monks once again marched outside Jokhang Temple, and this time, Chinese police used force to arrest the monks, inciting a crowd of 2,000 to 3,000 Tibetans to protest angrily, overturning police cars and throwing stones at the police. In response, the Chinese police opened fire on the crowd, killing several people and injuring many more<sup>19</sup> (LIN, [entre 2012 e 2017], p. 8).

Redirecionando o tópico, nas negociações da década de 1980, os pontos levantados pelo governo em exílio eram: o respeito aos direitos humanos e fundamentais dos tibetanos, inclusive as liberdades religiosa e de fala; a restauração territorial do *greater* Tibete, de forma desmilitarizada, transformando-o em uma “zona de paz”; a República Popular da China poderia ser responsável pelas relações exteriores, reservando, no entanto, as relações de cunho não político, especialmente as de caráter religioso, para o próprio Tibete (BHATKOTI, [2005?]; GOLDSTEIN, 1999).

---

<sup>18</sup> A China também começou a investir pesadamente no Tibete, construindo indústrias, estradas e incentivando o turismo. Os mosteiros foram reabertos e restaurados, e as restrições religiosas às peregrinações e culto foram amplamente afrouxadas, levando a conversações no início dos anos 80 entre a China e o Dalai Lama no exílio sobre seu possível retorno ao Tibete (tradução nossa).

<sup>19</sup> em um incidente capturado pela mídia mundial, os monges marcharam mais uma vez para fora do Templo Jokhang e, desta vez, a polícia chinesa usou força para prender os monges, incitando uma multidão de 2.000 a 3.000 tibetanos a protestar com raiva, virando carros da polícia e atirando pedras na polícia. Em resposta, a polícia chinesa abriu fogo contra a multidão, matando várias pessoas e ferindo muito mais (tradução nossa).

Dessa forma, as propostas não eram para uma independência completa, mas garantiam que a autonomia tibetana não fosse tão limitada pelo sistema chinês. Destaca-se que, com os pontos mencionados, o 14º Dalai Lama demonstra abertamente que o real objetivo não seria a independência tibetana, e que ele estaria disposto a entrar em um acordo de autonomia total, mesmo que sob a soberania chinesa. Como mostra Lixiong ([1999?]):

But that compromise had the following attached restrictions: (1) The Tibet that aligned itself with China must be a "greater Tibet" that covered all of China's Tibetan regions. (2) Tibet would have a democratic political system completely different from that in the rest of China, with the Tibetans practicing a high degree of self government. (3) While Beijing would be responsible for Tibet's foreign affairs, the Tibetan government could keep a diplomatic office, to develop independent foreign relations and take part in international organizations in the "nongovernmental arena." (4) As to defence, it agreed only that, "until Tibet was demilitarized and neutralized, China could keep a few military installations in Tibet," limiting them to "a defensive nature."<sup>20</sup> (LIXIONG, [1999?], p. 5).

Ademais, o governo em exílio do Dalai Lama usava como argumento as demais negociações com outras fronteiras chinesas.

The Dalai Lama's representatives have argued that if China could offer the formula of 'one country two systems' to Hong Kong and Macao and was prepared to resolve the Taiwan issue under the same formula, Tibetans should also receive the same option<sup>21</sup> (BHATKOTI, [2005?], p. 63)

Notoriamente, a China não cede aos pedidos feitos nestas negociações, já que foram interpretados como uma forma indireta de independência. Além de que "It is also very difficult for China to accept full autonomy to Tibet as demanded by the Dalai Lama as it may lead to similar demands in Xinjiang and Inner Mangolia autonomous regions"<sup>22</sup> (BHATKOTI, [2005?], p. 68). Entretanto, a política chinesa para o Tibete até

---

<sup>20</sup> Mas esse compromisso tinha as seguintes restrições anexas: (1) O Tibete que se alinhou com a China deve ser um *greater Tibet*, que cobrisse todas as regiões tibetanas da China. (2) O Tibete teria um sistema político democrático completamente diferente daquele do resto da China, com os tibetanos praticando um alto grau de autogoverno. (3) Enquanto Pequim seria responsável pelas relações exteriores do Tibete, o governo tibetano poderia manter um escritório diplomático, desenvolver relações externas independentes e participar de organizações internacionais na "arena não governamental". (4) Quanto à defesa, concordou apenas que, "até que o Tibete fosse desmilitarizado e neutralizado, a China poderia manter algumas instalações militares no Tibete", limitando-as a "uma natureza defensiva"(tradução nossa).

<sup>21</sup> Os representantes do Dalai Lama argumentaram que se a China podia oferecer a fórmula de "um país dois sistemas" para Hong Kong e Macau e estivesse preparada para resolver a questão de Taiwan sob a mesma fórmula, os tibetanos também deveriam receber a mesma opção (tradução nossa).

<sup>22</sup> É também muito difícil para a China aceitar a plena autonomia do Tibete, conforme exigido pelo Dalai Lama, uma vez que pode levar a demandas similares nas regiões autônomas de Xinjiang e Mongólia Interior (tradução nossa).

o final dos anos 1980 é pródiga. Se tem nesse período, a valoração da cultura e religião tibetanas, além da concessão de vistos para os tibetanos em exílio visitarem a região - ainda que com vistos de “chineses no exterior”. Nada obstante, para alguns chineses, essa política liberal era muito perigosa, e certamente, fracassaria. O que, de certa forma é comprovado, considerando que a problemática tibetana se estende independente dessas medidas e gestos (GOLDSTEIN, 1999).

O ano de 1989 conta com grandes acontecimentos para a situação. O primeiro deles seria o convite para o 14º Dalai Lama ir à Pequim, para a cerimônia memorial do falecido Panchen Lama. O convite é negado, em virtude de diversos motivos, como o fato dele não poder visitar também o Tibete, ou o medo de ser ignorado e humilhado durante a cerimônia, entre outros. O segundo acontecimento, se trata da premiação do prêmio Nobel da paz ao Dalai Lama, o que para os tibetanos significava uma vitória, mostrando a justiça na sua luta (GOLDSTEIN, 1999).

Em consequência de tais acontecimentos, assim como o fracasso das políticas moderadas anteriores, o governo da China reage adotando uma política mais “linha-dura” em relação ao Tibete. A nova abordagem chinesa consistia em deixar de lado a conversação com o Dalai Lama, e investir no crescimento econômico e modernização da região, além da suspensão da lei marcial no Tibete, afim de diminuir as rebeliões (BHATKOTI, [2005?]; GOLDSTEIN, 1999). “Indeed, during the seven years since martial law was lifted in 1990, there have been no new riots, despite frequent demonstrations”<sup>23</sup> (GOLDSTEIN, 1999, p. 93)

A década de 1990, portanto, data um período em que o governo chinês procura promover um grande e rápido desenvolvimento econômico na região do Tibete. Como exemplo, o autor Melvyn C. Goldstein traz:

The Third (National) Tibet Work Conference held in Beijing in July 1994, for example, decreed that Tibet "urgently needs to develop faster" and set out an economic program that called for 10 percent economic growth per annum and a doubling of Tibet's 1993 gross domestic product by the year 2000. Beijing also has committed 2.38 billion yuan (about 270 million dollars) for sixty-two infrastructure construction projects approved at the 1994 meeting<sup>24</sup> (GOLDSTEIN, 1999, p. 93).

<sup>23</sup> De fato, durante os sete anos desde que a lei marcial foi suspensa em 1990, não houve novos tumultos, apesar das frequentes manifestações (tradução nossa).

<sup>24</sup> A Terceira Conferência (Nacional) de Trabalho do Tibete realizada em Pequim em julho de 1994, por exemplo, decretou que o Tibete "precisa urgentemente se desenvolver mais rápido" e estabeleceu um programa econômico que exigia 10% de crescimento econômico por ano e uma duplicação do PIB tibetano de 1993 até o ano 2000. Pequim também comprometeu 2,38 bilhões de yuans (cerca de 270 milhões de dólares) para sessenta e dois projetos de construção de infraestrutura aprovados na reunião de 1994 (tradução nossa).

A nova estratégia econômica funciona bem, o número de oportunidades foi aumentado e muitos puderam se beneficiar economicamente. Porém, a complicação que se dá nessa situação, é de que grande parte desses que se beneficiam da nova estratégia econômica não são os tibetanos. O problema concerne a população flutuante, que reside em outros lugares, mas trabalha na cidade - no caso, Lhasa, no Tibete. Estas pessoas, se beneficiam economicamente, e não contribuem para o desenvolvimento da região (GOLDSTEIN, 1999).

O número da população flutuante na área é maior do que o de cidadãos tibetanos, além disso, a população local diz que não consegue competir justamente. Dessa forma, é pedido que sejam implementadas políticas que protejam os tibetanos, comercial e economicamente.

Tibetans believe they cannot compete economically with the more skilled and industrious Han and Hui; without government intervention to ensure the welfare of the citizens of the autonomous region, they expect to become increasingly marginalized both economically and demographically<sup>25</sup> (GOLDSTEIN, 1999, p. 94-95).

No entanto, o lado chinês não pretende diminuir o número de não tibetanos na região. Pelo contrário, a estratégia política do governo da China é de aumentar o número da população Han no Tibete, afim de aumentar sua segurança, promovendo um movimento pró-China. A tentativa é de fazer com que a população flutuante passe a viver ali permanentemente, para isso é procurado adotar medidas de regalias que incentivem a permanência no Tibete. Espera-se, dessa forma, induzir os próprios tibetanos a terem novas ideias e atitudes, com uma população moderna e não tão influenciada pelos Lamas e pelo budismo (GOLDSTEIN, 1999).

Além do aumento da população Han no Tibete, é parte da política chinesa o investimento na educação regional, para a criação dessa nação moderna. "In 1994, another wave of educational and party reform was begun within Tibet that sought both to reduce illiteracy and to control more closely the content of education so that Tibetan

---

<sup>25</sup> Os tibetanos acreditam que não podem competir economicamente com os mais hábeis e diligentes Han e Hui; sem a intervenção do governo para garantir o bem-estar dos cidadãos da região autônoma, eles esperam se tornar cada vez mais marginalizados economica e demograficamente (tradução nossa).

students will not be exposed to subtle nationalist, separatist ideology<sup>26</sup>” (GOLDSTEIN, 1999, p. 97) Assim sendo, é esperado que se forme uma geração de tibetanos que condescendam com o fato de o Tibete ser parte da China.

Outro importante episódio desse histórico é a contenda que se dá em torno do reconhecimento da reencarnação dos Lamas. No início do ano de 1995, o Dalai Lama anuncia a descoberta do 11º Panchen Lama<sup>27</sup>, um menino de 6 anos, Gedhun Choekyi Nyima. No entanto, o anúncio foi feito de forma unilateral, sem o envolvimento do governo chinês, o que causa o aborrecimento dos líderes chineses. Como a escolha de um líder como o Panchen Lama é algo de grande importância política, a atitude foi tomada como um desafio à autoridade chinesa (DUMBAUGH, 2008).

Isto posto, a China declara que a autoridade para nomear os líderes espirituais é inteiramente sua, e rejeita a escolha do Dalai Lama. Mais tarde, naquele mesmo ano, é anunciado pelo governo chinês o descobrimento do Panchen Lama “verdadeiro”, Gyaltzen Norbu, de 5 anos, que dessa forma, foi nomeado em cerimônia. “Immediately thereafter, both boys and their families were taken into custody by Chinese authorities and held in undisclosed locations in China<sup>28</sup>”(DUMBAUGH, 2008, p. 6). Depois disso, se tem o aparecimento de Gyaltzen Norbu em 1999, no Tibete; e pronuncia-se oficialmente pela primeira vez em 2006. Todavia, Gedhun Choekyi Nyima não foi mais visto pela comunidade internacional. “Allegedly the boy remains with his family under government supervision (some say house arrest), with his whereabouts being kept secret “for his own protection,” according to Chinese officials<sup>29</sup>”(DUMBAUGH, 2008, p. 7).

Ao superar a década de 1990, se tem a reabertura de diálogos entre a China e o Dalai Lama, que se dá em 2001. Ainda assim, o Dalai Lama insiste no aumento de autonomia proposto na década de 1980, embora demonstre hesitação entre ceder às

---

<sup>26</sup> Em 1994, outra onda de reforma educacional e partidária foi iniciada dentro do Tibete, que buscou reduzir o analfabetismo e controlar mais de perto o conteúdo da educação, para que os estudantes tibetanos não fossem expostos à ideologia nacionalista separatista (tradução nossa).

<sup>27</sup> Panchen Lama: é a segunda personalidade suscetível de reencarnação no budismo e líder espiritual, em ordem de importância, a primeira sendo o Dalai Lama.

<sup>28</sup> Imediatamente, ambos os meninos e suas famílias foram levados sob custódia por líderes chineses e instalados em locais não revelados na China (tradução nossa).

<sup>29</sup> Teoricamente, o menino permanece com sua família sob supervisão do governo (alguns dizem prisão domiciliar), com seu paradeiro sendo mantido em segredo “para sua própria proteção”, segundo as autoridades chinesas (tradução nossa).

pressões independentistas ou desencorajar as manifestações anti-China (HERNÁNDEZ, 2009). Como é mostrado pelo autor Bhatkoti ([2005?]), a estratégia durante este período é de atenção ao desenvolvimento econômico do Tibete, além da aproximação com a reabertura dos diálogos: “This period is marked by realistic handling of Tibetan issue, which combines winning the people of Tibet through economic development and conducting dialogue with the Tibetan leadership in exile<sup>30</sup>” (BHATKOTI, [2005?], p. 60).

Tendo em consideração as controvérsias em relação às reencarnações, assim como o acontecimento de 1995, o governo chinês procura solidificar seu controle sobre o assunto por meio de uma regulação. No ano de 2007 a “Lei da Reencarnação” é implementada, exigindo que todos os Lamas que desejem reencarnar tenham aprovação prévia do Estado chinês, e passem por um teste de reencarnação. Tal provisão pode ser vista como forma de não permitir a reencarnação do atual Dalai Lama, posto que seria uma opção chinesa esperar pela morte do Dalai Lama para colocar fim ao problema tibetano. Em vista disso, o Dalai Lama declara que procurará maneiras alternativas para escolha de seu sucessor, inclusive considera nomear um candidato antes de sua morte. (BHATKOTI, [2005?], DUMBAUGH, 2008)

As manifestações de 2008 também são marcadas como um acontecimento significativo para a história da China e da província tibetana. É aproveitado a atenção que a China estaria recebendo, devido aos Jogos Olímpicos, que naquele ano foram sediados em Pequim, para o desempenho de uma série de rebeliões no Tibete. O *Tibetan People’s Uprising Movement* (TPUM) que se iniciou nesse período procurava alcançar as seguintes demandas: “the Dalai Lama’s return to Tibet as its sole leader; the end of China’s “colonial occupation” of Tibet; release of all Tibetan political prisoners and restoration of religious and human rights to Tibetans; and cancellation of the 2008 Summer Olympics in Beijing<sup>31</sup>” (DUMBAUGH, 2008, p. 3). O que teve início como manifestações pacíficas foi transformado em uma “guerra popular”, na qual

---

<sup>30</sup> Este período é marcado pela administração realista da questão tibetana, que combina a conquista do povo do Tibete através do desenvolvimento econômico e a condução do diálogo com a liderança tibetana em exílio (tradução nossa).

<sup>31</sup> o retorno do Dalai Lama ao Tibete como seu único líder; o fim da "ocupação colonial" do Tibete na China; libertação de todos os prisioneiros políticos tibetanos e restabelecimento dos direitos religiosos e humanos para os tibetanos; e cancelamento dos Jogos Olímpicos de Verão de 2008 em Pequim (tradução nossa).

constam a queima e saque de estabelecimentos na cidade de Lhasa, além da morte de um número incerto de pessoas.

Reports differ on the numbers and identities of those killed during the initial demonstrations. By March 31, 2008, official PRC sources reportedly claimed that 18 had died, while the Tibetan government-in-exile reportedly claimed 140 had died. Based on numerous and sometimes sketchy reports, the dead included both Tibetans and ethnic Han Chinese merchants, some of the former reportedly having been shot by police, and some of the later reportedly having died in their establishments in fires set by the mob<sup>32</sup>. (DUMBAUGH, 2008, p. 2)

Como resultado, a China aumenta a segurança no Tibete, com maior atenção das tropas chinesas. Além disso, a visitação turística e da mídia ao Tibete foi fechada, sendo que apenas alguns jornalistas seletos seriam exceção. Para mais, há o estabelecimento do termo “Dalai clique”, referindo-se a estas organizações, e a crença de que estariam diretamente comandadas pelo Dalai Lama, que não havia, realmente, deixado a natureza independentista de seus objetivos. Do lado oposto, o Dalai Lama, como de costume, discursa pelo fim da violação dos direitos humanos e perseguição religiosa no Tibete. Ademais, ele usa a ocasião para reiterar seu apoio à Pequim em relação às olimpíadas, e pedir aos tibetanos que se manifestem pacificamente e dentro da lei (DUMBAUGH, 2008).

A partir de 2009 a situação no Tibete tem se mostrado extremamente tensa, considerando as manifestações de autoimolação. Até o ano de 2017 em torno de cento e cinquenta pessoas, incluindo monges, estudantes e camponeses, protestaram por meio de autoimolação, pedindo a volta do Dalai Lama e o fim da opressão cultural e religiosa na região. Nada obstante, é possível afirmar que essa forma de protestos teve seu pico em 2012, quando foi constatado que cerca de oitenta pessoas atearam fogo a si mesmas, como protesto. (MINORITY RIGHTS GROUP INTERNATIONAL, 2017). Segundo a autora Diana Lin, estas manifestações da nova geração tibetana acontecem em resposta à política de linha dura chinesa. Lembrando que o governo tibetano em exílio, bem como o Dalai Lama lamentam os acontecimentos, mas não se proclamam para que estas manifestações parem. Enquanto isso, o lado chinês trabalha com a melhora do policiamento e aumento de tropas nas cidades que sofrem

---

<sup>32</sup> Os relatórios diferem nos números e identidades dos mortos durante as manifestações iniciais. Em 31 de março de 2008, fontes oficiais da República Popular da China alegaram que 18 haviam morrido, enquanto o governo tibetano no exílio teria alegado que 140 haviam morrido. Com base em numerosos e por vezes incompletos relatórios, os mortos incluíam tibetanos e comerciantes chineses da etnia han, alguns dos quais supostamente foram mortos a tiro pela polícia, e alguns dos últimos teriam morrido nos seus estabelecimentos em incêndios provocados pela multidão (tradução nossa).

revoltas, além de investir para melhoria de padrão de vida no Tibete. Ademais, o governo chinês impede as visitas de estrangeiros no Tibete e procura diminuir a cobertura midiática nesta área (LIN, [entre 2012 e 2017], NOTARIO, 2015).

A problemática em torno do Tibete perdura até os dias atuais [2018], de forma com que o policiamento chinês na região se atenta para quaisquer distúrbios que possam ser considerados como uma agitação contra o governo. Além disso, há preocupação em limitar a mídia internacional em relação ao Tibete, dessa forma há lugares restritos para visitantes e jornalistas, e as informações sobre os tumultos na região são censurados internacionalmente.

O 14º Dalai Lama, aos seus 82 anos, reafirma sua ideia de buscar alternativa para a escolha de seu sucessor longe da interferência chinesa, para que este continue a lutar pela autonomia tibetana. Há possibilidade de que isto seja feito por meio da escolha direta, ainda em vida, do próprio 14º Dalai Lama; ou que a reencarnação aconteça fora do território chinês, como poderia ser indicado com a visita deste à Mongólia e ao território de Arunachal Pradesh, no último ano [2017], dando a impressão que a reencarnação possa ocorrer nesses lugares.

O caso tibetano possui um entendimento complicado, assim como sua possível resolução. Isso ocorre devido às suas diversas especificidades, como: o desacordo referente a relação mantida antes de 1950 (DUMBAUGH, 2008); a simpatia ocidental que tem o Dalai Lama, o Tibete e o budismo, fazendo com que a causa tibetana tenha grande apoio internacional popular (LIXIONG, [1999?]); a importância estratégica da região e o prestígio internacional recebido.

Há de ser levado em conta como a interferência estrangeira é importante para que o histórico de relações acontecesse desse modo, influenciando para que o caso do Tibete se tornasse uma problemática tão complexa. A ação de Estados como a Grã-Bretanha, a Índia e os Estados Unidos podem ter interferência direta no caso, como exemplo, se tem a já apresentada Conferência de Simla, que é totalmente manipulada pelo Estado britânico. Além disso, é possível observar como a repercussão internacional, como um todo, faz o Tibete se diferenciar das demais fronteiras da China, necessitando de atenção e precauções especiais.



### 3 INTERFERÊNCIA INTERNACIONAL E DE OUTROS ESTADOS

Visto o histórico da questão tibetana e das relações entre a o governo chinês e a província tibetana, se pode partir para o entendimento das relações com atores externos e a influência que estes possuem sobre a problemática. Partindo do pressuposto de que essas influências sejam fundamentais para a existência e continuidade do conflito no Tibete.

Supõe-se que a problemática tibetana, em muito só existe e tem continuidade devido à repercussão internacional e à interferência desempenhada pelos outros Estados. O apoio externo e incitação do independentismo faz com que se atinja a grande dimensão que a questão tomou. A China, ocasionalmente enfrenta adversidades em relação às suas fronteiras, e em geral demonstra grande preocupação no mantimento destas. No entanto, percebe-se que o caso tibetano recebe cuidados especiais da parte chinesa, e isso, provavelmente, ocorre devido à atenção internacional que é conferida à questão.

Assim como será verificado, a independência tibetana não é oficialmente apoiada por Estados estrangeiros. Sua popularidade está, em primeiro lugar, na mídia, e a repercussão na comunidade internacional outorga sua importância. “Officially, while no country holds that Tibet has grounds for independence, and no government recognizes the Tibetan government in exile, privately, the Western public and media support the Dalai Lama almost unanimously<sup>33</sup>” (LIXIONG, [1999?], p. 1).

A internacionalização da problemática se dá através da atenção que o Tibete recebe, por parte da população ocidental, que é formada pelos indivíduos em geral, e não necessariamente por atores tão significativos, como líderes governamentais ou o próprio Estado. Para Wang Lixiong, o misticismo tibetano é um atrativo para os olhos ocidentais, que veem a região como sagrada e inviolável, o último lugar puro da Terra. Isso ocorre devido à sua localização, em um grande planalto cercado por montanhas geladas; também devido ao budismo e a sabedoria oriental. Além disso, a curiosidade ocidental sobre o Tibete se deve ao fato de ser um território fechado e ainda mais pelo seu isolamento na década de 1950, com a Cortina de Ferro (LIXIONG, [1999?]).

---

<sup>33</sup> Oficialmente, enquanto nenhum país afirma que o Tibete tem motivos para independência, e nenhum governo reconhece o governo tibetano no exílio, em particular, o público e a mídia ocidentais apoiam o Dalai Lama quase que por unanimidade (tradução nossa).

A popularidade tibetana, por causa do misticismo que envolve o Tibete, provavelmente, pode estar relacionada aos movimentos culturais, sociais e pacifistas das décadas de 60 e 70, com o movimento hippie, o *new age* e a contracultura. Tais movimentos eram conduzidos por ideais pacíficos, pelo feminismo e outras lutas pelas minorias e além disso eram influenciados pela cultura oriental (CIDREIRA, 2008; CARDOSO, 1987). Fora isso, é possível identificar o aumento de interesse por parte das agendas internacionais em relação ao meio ambiente, durante esse mesmo período, mostrando a preocupação sistemática com causas que antes não recebiam tanta importância (BUZAN, WAEVER, WILDE, 1988).

O anseio da população ocidental para a proteção do Tibete está ligado, portanto, com o encantamento que se tem em relação a ele. Como é trazido pelo autor Wang Lixiong ([1999?], p. 2) o apreço que esta população tem pelo Tibete se dá pela simbolização de tudo aquilo que o Ocidente não pode mais representar: “As the flaws of Western civilization become manifest, and the spiritual world of Western society grows ever more confused [...] what place in the world remains left for Westerners to place their mystical hopes on? Only Tibet is left<sup>34</sup>” (LIXIONG, [1999?], p. 2). O que acaba sendo apontado também pelo filósofo, Slavoj Žižek (2008, p. 2):

Nosso fascínio pelo Tibete o converte numa entidade mítica sobre a qual projetamos nossos sonhos. Assim, quando as pessoas lamentam a perda do autêntico modo de vida tibetano, não estão, na verdade, preocupadas com os tibetanos reais. O que querem dos tibetanos é que sejam autenticamente espirituais por nós, em lugar de nós mesmos o sermos, para continuarmos a jogar nosso desvairado jogo consumista (ŽIZEK, 2008, p. 2).

Sem embargo, teme-se que a dominação chinesa arruíne a cultura, a língua, a religião e o misticismo tibetano. Dessa forma, entende-se a razão da população ocidental possuir uma opinião tão extrema e equivocada sobre a questão tibetana.

Tendo isso em vista, o lado tibetano utiliza-se de temas e problemas universais de grande interesse, como os direitos humanos, o meio ambiente e a paz para popularizar suas demandas. O governo em exílio utiliza a promoção internacional e a construção de sua própria imagem como sua principal ferramenta contra o governo chinês. Para isso é usada a popularidade e a boa imagem que o 14º Dalai Lama possui internacionalmente, contribuindo para a visibilidade da questão Tibetana.

---

<sup>34</sup> À medida que as falhas da civilização ocidental se manifestam, e o mundo espiritual da sociedade ocidental fica cada vez mais confuso, [...] que lugar do mundo resta para os ocidentais colocarem suas esperanças místicas? Só resta o Tibete (tradução nossa).

the Dalai Lama is an international personality, Noble Peace laureate, well respected and most widely traveled international personality, spiritual leader of millions of Buddhists through out the world, a peacenik, proponent of democracy, promoter of inter-religious harmony, and the leader of the Tibetans<sup>35</sup> (BHATKOTI, [2005?], p. 67-68).

O Dalai Lama lida com a sociedade internacional, que é regida por princípios ocidentais, há muitas décadas. É possível afirmar que o governo em exílio se adaptou e integra-se muito bem nessa sociedade, construindo sua boa imagem e, portanto, conquistando a simpatia e o suporte dos atores ocidentais.

The Dalai Lama has had dealings with the West for decades, claiming to be a great master who is proficient in Western affairs. It has learned well how to exploit Western social psychology and manipulate the Western media to break into Western affairs [...] with his values and language also being particularly consistent with the Western model. The cleverness of the Dalai Lama, who is well aware of the Western humanitarian climate, can also be seen in that the movement that he leads does not take a purely political line. [...] Since this blueprint coincides exactly with the Western ideal of a pure land, it has won widespread support<sup>36</sup>. (LIXIONG, [1999?], p. 3).

Além disso, também para a popularização da questão, se tem o uso da propaganda por meios midiáticos, que em sua exorbitante maioria mostra a história dessa problemática pelo ponto de vista tibetano. Segundo o professor de estudos asiáticos e budismo, John Powers (2004), percebe-se que a mídia convencional explicitamente apoia o independentismo no Tibete. Os livros, os documentários e as revistas respaldam a perspectiva tibetana da questão, e o lado chinês na maioria das vezes é defendido apenas pelo próprio governo chinês. Como é evidenciado na pesquisa deste autor “While researching this subject, I did a key word search for “Tibet” on the Internet, and among the first 230 URLs found only three that supported the Chinese government position. All three were run by the Chinese government.<sup>37</sup>” (POWERS, 2004, p. viii).

---

<sup>35</sup> o Dalai Lama é uma personalidade internacional, laureado com o prêmio Nobel da Paz, personalidade internacional muito respeitada e mais viajada, líder espiritual de milhões de budistas em todo o mundo, um pacifista, defensor da democracia, promotor da harmonia inter-religiosa e líder dos tibetanos (tradução nossa).

<sup>36</sup> O Dalai Lama mantém relações com o Ocidente há décadas, afirmando ser um grande mestre com proficiência em assuntos ocidentais. Aprendeu bem como explorar a psicologia social ocidental e manipular a mídia ocidental para invadir os assuntos ocidentais, [...] com seus valores e sua linguagem sendo também particularmente consistentes com o modelo ocidental. A astúcia do Dalai Lama, que está bem ciente do clima humanitário ocidental, também pode ser vista em que o movimento que ele lidera não assume uma linha puramente política. [...] Uma vez que este projeto coincide exatamente com o ideal ocidental de uma terra pura, ele ganhou amplo apoio (tradução nossa).

<sup>37</sup> Ao pesquisar esse assunto, fiz uma pesquisa por palavras-chave para “Tibete” na Internet e, entre as primeiras 230 URLs, encontrei apenas três que apoiavam a posição do governo chinês. Todas as três eram administradas pelo governo chinês (tradução nossa).

Consequentemente, fica difícil para a China convencer a sociedade internacional de que seu governo no Tibete é benevolente para os tibetanos, e que se tem uma soberania legítima sobre a região. A popularidade da questão tibetana, combinada com a boa imagem que se tem do Dalai Lama, faz com que o recebimento dos tibetanos pelos estrangeiros seja muito positivo. Por outro lado, os líderes chineses enfrentam uma horda de protestos em prol da “libertação do Tibete” por onde passam (POWERS, 2004).

O uso de *soft power* pelo lado tibetano da questão é notável, considerando as afirmações anteriores. A conquista de apoio do restante do mundo se dá pela cultura e ideologia tibetana. Para Nye, a utilização desses fatores para atrair o suporte internacional é uma forma de poder tão importante quanto a coercitiva e bélica.

Soft co-optive power is just as important as hard command power. If a state can make its power seem legitimate in the eyes of others, it will encounter less resistance to its wishes. If its culture and ideology are attractive, others will more willingly follow. If it can establish international norms consistent with its society, it is less likely to have to change. If it can support institutions that make other states wish to channel or limit their activities in ways the dominant state prefers, it may be spared the costly exercise of coercive or hard power<sup>38</sup> (NYE, 1990, p. 167).

De acordo com a seguinte lógica, se compreende a expressividade de poder do *soft power*: apesar dos ganhos militares chineses, o lado tibetano demonstra grande capacidade em lograr vitórias no quesito publicitário. Levando em conta que, com isso a problemática se torna tão significativa, é possível confirmar a constatação de Nye (POWERS, 2004; NYE, 1990).

### 3.1 Grã-Bretanha

Além da atenção internacional que o caso tibetano recebe em geral, é possível identificar Estados que exerceram e exercem influência direta, fomentando a problemática. A Grã-Bretanha em diversos momentos atua para a deterioração das

---

<sup>38</sup> O poder cooptativo brando é tão importante quanto o poder de comando rígido. Se um estado pode fazer seu poder parecer legítimo aos olhos dos outros, ele encontrará menos resistência a seus desejos. Se sua cultura e ideologia são atraentes, outras seguirão mais voluntariamente. Se puder estabelecer normas internacionais consistentes com sua sociedade, é menos provável que tenha que mudar. Se ele puder apoiar instituições que fazem com que outros estados desejem canalizar ou limitar suas atividades de maneiras que o estado dominante prefere, pode ser poupado do dispendioso exercício de poder coercitivo ou rígido (tradução nossa).

relações entre o Tibete e o restante da China. Enquanto esforços chineses eram postos para a resolução desta problemática, a Grã-Bretanha procurou incitar o independentismo tibetano (JIAWAY; GYAINCAIN, 2009).

A atuação britânica fez com que a problemática territorial do Tibete se destaque entre as demais. Como foi visto no histórico de relações entre Pequim e Tibete, quando a dinastia Qing perdeu poder na China, muitas províncias buscaram sua independência desta. No entanto, a notoriedade que o separatismo no Tibete ganhou, se deu em parte pela influência exercida por Estados estrangeiros e pela sua relevância internacional. Como é afirmado pelos autores Wang Jiaway e Nyima Gyaincain (2009, p. 22) “The tendency for “independence” shown by the 13th Dalai Lama and some others was different from the “independence” declared by various inland provinces. [...] The British imperialists had a finger in the pie”<sup>39</sup> (JIAWAY; GYAINCAIN, 2009, p. 22).

Declaradamente, a Grã-Bretanha possuiu um interesse comercial no Tibete, que sempre entrou em pauta nas convenções e acordos que ocorreram entre a China, a Grã-Bretanha e a província tibetana. Todavia, a real motivação para que a atenção britânica fosse direcionada para o Tibete não é meramente comercial e econômica. Como é apontado pelo autor e pesquisador do Centro de estudo Eurásia Mediterraneo (CeSEM), Stefano Vernole, o incentivo à independência tibetana, e empenho para fazer da região uma área de influência britânica tem escopo político e estratégico.

Gli studi di Snelling e Kuleshov hanno tuttavia dimostrato che se per gli inglesi il Tibet rappresentava lo Stato-cuscinetto ideale per ostacolare l'avanzata di Mosca verso l'India britannica, per i russi fu soprattutto un sogno mistico e culturale vagheggiato dai lama buriati e calmucchi<sup>40</sup> (VERNOLE, 2014).

A invasão britânica no Tibete de 1903-1904 evidencia a afirmação anterior. Como consequência da invasão, teve-se a Convenção Anglo-Chinesa de 1906, que deu abertura para relações diretas entre a Grã-Bretanha e o Tibete. Ainda que de cunho exclusivamente econômico, o acordo possibilitou a presença britânica na região. Não obstante, é afirmado por Goldstein que a invasão teve grande importância,

---

<sup>39</sup> A tendência para a “independência” mostrada pelo 13º Dalai Lama e alguns outros era diferente da “independência” declarada por várias províncias do interior. Os imperialistas britânicos tinham um dedo na torta (tradução nossa).

<sup>40</sup> Os estudos de Kuleshov Snelling têm mostrado, no entanto, que se para os ingleses o Tibet representava o estado tampão ideal para impedir o avanço do Moscou rumo à Índia Britânica, para os russos era acima de tudo um sonho místico e cultural sonhado pelos lamas Buryat e Kalmyks (tradução nossa).

uma vez que tirou o Tibete de uma posição de pouco prestígio internacional e o colocou como centro das atenções das relações exteriores tanto da China, quanto da Índia e outras potências Europeias, como a Rússia e a própria Grã-Bretanha (GOLDSTEIN, 1992).

Visto a intenção britânica de usar o Tibete como estado tampão, observa-se os esforços que foram colocados para que isso ocorresse. A Grã-Bretanha demonstrou apoio para que o Tibete se tornasse independente ou conquistasse mais autonomia, inclusive, instigou o independentismo tibetano. Entretanto, é sabido que o objetivo seria a maior influência britânica na região. Segundo Wang Kiaway e Nyima Gyaincain (2009, p. 24) “While Tibet nominally maintains its autonomous state under Chinese suzerainty, it should be placed under absolute dependence on the Indian government. Tibet should sincerely and totally be put under the wing of the British forces<sup>41</sup>” (JIAWAY; GYAINCAIN, 2009, p. 24).

A Convenção de Simla é um exemplo do empenho britânico em busca da confiança tibetana, junto de um maior poder de influência e maior controle do Tibete. A conferência, que promoveria uma discussão entre a Grã-Bretanha, a China e o Tibete, foi programada e seria conduzida pela parte britânica. Nitidamente, uma conversa em pé de igualdade entre a China e o Tibete não era de interesse chinês. Contudo, a busca pelo reconhecimento internacional do governo da China, fez com que este cedesse às exigências, já que a Grã-Bretanha ameaçava não reconhecer o governo e recusar a concessão de empréstimos importantes para a China naquele momento.

Politically, the government of the Republic of China needed recognition and support from powers in the world. Economically, it was hard pressed and was in urgent need for foreign loans. Yuan Shi-kai wished, first of all, to win British government recognition and loans from British consortia. Yielding to British pressure, the government of the Republic of China prepared to accept its conditions and enter into negotiations<sup>42</sup> (JIAWAY; GYAINCAIN, 2009, p. 26).

---

<sup>41</sup> Enquanto o Tibete nominalmente mantém um Estado autônomo sob a soberania chinesa, ele deveria ser posto sob absoluta dependência do governo indiano. O Tibete deveria sincera e totalmente ser posto sob as asas do poder britânico (tradução nossa).

<sup>42</sup> Politicamente, o governo da República da China precisava de reconhecimento e apoio de poderes no mundo. Economicamente, foi duramente pressionado e precisava urgentemente de empréstimos externos. Yuan Shi-kai desejou, em primeiro lugar, obter o reconhecimento do governo britânico e empréstimos de consórcios britânicos. Cedendo à pressão britânica, o governo da República da China preparou-se para aceitar suas condições e entrar em negociações (tradução nossa).

Além de ter coagido a China a participar da conferência e de aceitar as condições em que esta aconteceria, a Grã-Bretanha interveio também na nomeação dos representantes da parte chinesa. O lado britânico não aceitou negociadores difíceis ou pessoas que mantivessem um posicionamento anti-britânico. Dessa forma, a China acabou enviando para as negociações o representante Evan Chen, que já havia trabalhado na embaixada chinesa na Grã-Bretanha anteriormente. Para mais, a conferência foi totalmente manipulada pela Grã-Bretanha, que recebeu e acompanhou os participantes, mantendo-os sobre vigorosa supervisão, e também interceptou os telegramas chineses (JIAWAY; GYAINCAIN, 2009).

Durante a conferência, foi proposto pelo lado tibetano a demanda de seis pontos, com apoio britânico. O acordo que foi feito previamente e em segredo é apontado pelos autores Jiaway e Gyaicaian (2009, p. 27) “Tibetan Representative Xazha raised a six-point demand at the very beginning in accordance with the decision made secretly with the British<sup>43</sup>” (JIAWAY; GYAINCAIN, 2009, p. 27). Além disso, os britânicos insistiram para que se discutisse sobre as delimitações fronteiriças da região, propondo que a divisão fosse feita através da “linha McMahon”, que dividiria o Tibete entre “*Inner and Outer Tibet*”, visível no mapa a seguir (Figura 1).

**Figura 1 - Mapa da “Linha Mc Mahon”**



Fonte: base CONSORTIUM OF DEFENSE ANALYSTS, edição nossa.

<sup>43</sup> No início da convenção, o representante tibetano Xazha levantou uma demanda de seis pontos, de acordo com a decisão tomada secretamente com os britânicos (tradução nossa).

Segundo a proposta da “linha McMahon”, a China seria soberana sobre o “*Inner Tibet*”, e o “*Outer Tibet*” seria governado pelos próprios tibetanos. Não obstante, a Grã-Bretanha tinha um estratagema entorno da proposta, para atingir seus objetivos em relação àquela região.

The plot lies in the following: As the first step, “Outer Tibet” seeks independence through autonomy so as to separate from China and come under British control; as the second step, “Inner Tibet” is incorporated into the “Tibet state” attached to Britain when the British forces in Outer Tibet had gradually consolidated their position, and the Tibetan military forces had extended eastward<sup>44</sup> (JIAWAY; GYAINCAIN, 2009, p. 29).

Para mais, sem que os chineses soubessem, os britânicos tentavam negociar com os tibetanos, para que estes cedessem 90000 km<sup>2</sup> de seu território à Grã-Bretanha, quando fosse acordado o traçado da “linha McMahon”. Em troca, os britânicos apoiariam a independência do Tibete, pressionando a China e proporcionando assistência para a retirada do exército chinês das áreas tibetanas.

A fim de traçar a “linha McMahon” de forma que tirassem o melhor proveito dos 90000 km<sup>2</sup>, os britânicos enviaram tropas, em segredo, para avaliar e coletar informações sobre a região. Desta forma, a parte britânica trabalhou em um mapa detalhado para o traçado da “linha McMahon”.

Acting in accordance with the instructions from the British Indian government, Major F. M. Bailey and some others drew a line basically along the ridges of the Himalayas extending from the China-Myanmar borderline to the China-Bhutan borderline. This is now known as the “McMahon Line” which attempted to take away some 90,000 square km at the eastern section of the Sino-Indian border<sup>45</sup> (JIAWAY; GYAINCAIN, 2009, p. 30).

No final, a Convenção de Simla fracassou, assim como as estratégias britânicas dependentes dela. Já que os tratados decorrentes da conferência foram assinados apenas pelas partes tibetana e britânica, as decisões tomadas não seriam válidas, e

---

<sup>44</sup>A trama está no seguinte: como o primeiro passo, o “*Outer Tibet*” busca a independência através da autonomia para se separar da China e ficar sob controle britânico; como o segundo passo, o “*Inner Tibet*” é incorporado ao “Estado tibetano” ligado à Grã-Bretanha, quando as forças britânicas no “*Outer Tibet*” consolidaram gradualmente sua posição, e as forças militares tibetanas se estenderam em direção ao leste (tradução nossa).

<sup>45</sup> Agindo de acordo com as instruções do governo da Índia Britânica, o Major F. M. Bailey e alguns outros desenharam uma linha basicamente ao longo das cordilheiras do Himalaia, estendendo-se da fronteira China-Mianmar até a fronteira China-Butão. Esta é agora conhecida como a “Linha McMahon”, que tentou tirar cerca de 90.000 quilômetros quadrados na parte leste da fronteira sino-indiana (tradução nossa).



sim ilegais. Inclusive os britânicos assumiram que falharam em conseguir que os chineses acordassem com um tratado durante a convenção. Independente do sucesso ou fracasso da Convenção de Simla, esta serve para corroborar quais eram as intenções britânicas em relação ao Tibete. Assim como é apontado pelos autores Wang Jiawei e Nyima Gyaincain: “The Simla Conference” and the “McMahon Line” served as a show of imperialist greed and high-handed behavior” [of the British]<sup>46</sup> (JIAWAY; GYAINCAIN, 2009, p. 34).

Ainda que a Convenção de Simla tivesse fracassado, a Grã-Bretanha ajudou militarmente o Tibete como forma de retribuir a cooperação durante a conferência. Assim sendo, foram doados rifles britânicos e munição para o exército tibetano; além da abertura de uma escola militar britânica para treinar os soldados tibetanos. Ademais, o Tibete enviou soldados para a Índia, afim deles aprenderem a usar artilharia pesada e armas automáticas. Com isso, o exército tibetano se expandiu em número e força. (JIAWAY; GYAINCAIN, 2009)

Depois da expansão do exército tibetano, vitórias sobre a força de Sichuan foram alcançadas. Os britânicos auxiliaram na elaboração das propostas de paz, e além disso, como sempre, a Grã-Bretanha insistiu na delimitação das fronteiras entre a China e o Tibete.

No entanto, a trama britânica para delimitação do território tibetano fracassou. Primeiro porque a China não permitiu a intervenção de Estados estrangeiros em relação à derrota do exército de Sichuan, já que a questão se tratava de um problema interno e não internacional. Depois, porque não havia pretensão chinesa em delimitar uma fronteira entre a China e o Tibete, já que este faz parte do território chinês, e as fronteiras servem para delimitar Estados. Inclusive, o descontentamento com os britânicos foi reclamado pela população patriota chinesa, que se manifestou pelos interesses nacionais e pela punição de traidores, além disso, a população, inclusive parte dos tibetanos, causou a expulsão do representante britânico, Charles Bell, da China.

Since Tibet is part of Chinese territory, there is no boundary between China and Tibet. Agreeing to re-delineate the boundary means giving Tibet tacit consent to divorce itself from China... [We should] do our best to refuse the British intervention in delineating a boundary at the Sichuan border<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> A “Conferência de Simla” e a “Linha McMahon” serviram como demonstração de ganância imperialista e comportamento arrogante [dos britânicos] (tradução nossa).

<sup>47</sup> Como o Tibete faz parte do território chinês, não há fronteiras entre a China e o Tibete. Concordar em re-delinear a fronteira significa dar ao Tibete o consentimento tácito de se divorciar da China ...

(Selected Materials, on the History of Tibet. P.310 apud JIAWAY; GYAINCAIN, 2009, p. 37)

A segurança das fronteiras tem grande importância para a China. A preservação do território e proteção contra as ameaças externas serviria de consolidação do poder doméstico chinês. Por isso se tem a preocupação com as áreas fronteiriças, principalmente para regiões como o Tibete, que nitidamente apresentam uma problemática e configuram um grau de dificuldade, como será constatado em seguida, na parte geopolítica da pesquisa.

Chinese thinking about security has closely linked the management of frontier affairs to its domestic security. Traditionally, controlling the periphery was seen as critical to defending inner China: for one, even when the frontier was not viewed as a particular security challenge, the absence of external challenges to the Chinese state's control over its vast territory was viewed as an important affirmation of the dynasty's mandate to rule<sup>48</sup> (FREEMAN, 2011, p. 27).

Por volta de 1925, a Grã-Bretanha perdeu o poder de influência que mantinha sobre o Tibete. A saída de Charles Bell da China foi uma evidência disso, assim como o fato de o 13º Dalai Lama não ter permitido que outros representantes britânicos se encaminhassem ao Tibete. É possível afirmar que os tibetanos, inclusive o Dalai Lama, perceberam as intenções britânicas e não pretendiam se tornar uma colônia. Por isso, neste período nota-se o estreitamento de laços entre o Tibete e a pátria mãe, e o diálogo com a Grã-Bretanha se dava apenas por causa da fronteira que mantinham com a Índia britânica.

Todavia, o distanciamento não impediu os britânicos de agirem na região. Já em 1930, os britânicos proporcionaram ajuda militar para os tibetanos, com o objetivo de conquistar um território maior para o Tibete. Além disso, ofereceram ajuda, disponibilizando-se como mediador, para dar final ao ataque, o que foi recusado pela China e as negociações acabaram sendo feitas diretamente entre o Tibete e o restante da China (JIAWAY; GYAINCAIN, 2009).

Posteriormente, com a morte do 13º Dalai Lama o Tibete convidou representantes do governo chinês para o velório e para discutir e solucionar os

---

[Devemos] fazer o possível para recusar a intervenção britânica no delineamento de uma fronteira na fronteira de Sichuan (tradução nossa).

<sup>48</sup> O pensamento chinês sobre segurança vinculou estreitamente a gestão dos assuntos fronteiriços à sua segurança interna. Tradicionalmente, controlar a periferia era visto como crítico para defender a China interior: por um lado, mesmo quando a fronteira não era vista como um desafio particular de segurança, a ausência de desafios externos ao controle do Estado chinês sobre seu vasto território era vista como uma importante afirmação do mandato da dinastia para governar (tradução nossa).

problemas entre os governos central chinês e local tibetano, o que evidencia a vontade tibetana de manter as relações com o governo central da China. Nesta ocasião, a Grã-Bretanha enviou um representante britânico, para monitorar as discussões chinesas, e também para planejar um modo de afastar o Tibete da China, com alguns funcionários pró-britânicos. Dessa forma, a presença do representante britânico interferiu na discussão, dificultando e causando diversos obstáculos. (JIAWAY; GYAINCAIN, 2009).

Há mais casos em que a Grã-Bretanha agiu para monitorar a atuação chinesa no Tibete. Como na cerimônia de aprovação do 14º Dalai Lama, na qual o representante compareceu à cerimônia com real intuito de monitorar e debilitar o prestígio do governo chinês. Para a encarnação do Dalai Lama é necessário que a China confirme sua autenticidade, o que desagradava à algumas pessoas.

Patriotic people and the pro-British elements both did so, but for different purpose: While the pro-British elements did so with a view to negating China's sovereignty over Tibet, patriotic people did so for fear that Wu would not accept the boy whom they had confirmed through traditional procedures and regarded as holy<sup>49</sup> (JIAWAY; GYAINCAIN, 2009, p. 63).

Mesmo depois do final do imperialismo da Grã-Bretanha na Índia, oficialmente em 1947, a Índia manteve o britânico, Hugh Richardson, como seu representante no Tibete. Este serviu como peça fundamental nas relações entre o Tibete, a Índia e a Grã-Bretanha. Como as relações com os britânicos eram vistas como um ganho político pelos tibetanos, o Tibete procurou manter as relações com a Índia e com a Grã-Bretanha como antigo poder imperial, através deste representante (LIN, [entre 2012 e 2017]).

Visto os casos de interferência da Grã-Bretanha na questão Tibetana, é possível assimilar apontamentos importantes. O primeiro seria o notório interesse britânico na região, que possui uma natureza comercial e econômica, mas além disso um escopo estratégico e político, que se traduz na aspiração pelo controle do território. O segundo apontamento está no dualismo tibetano, na instabilidade entre estreitar suas relações com o governo central chinês, ou com outros Estados, que apoiam sua independência. Além da hesitação com a Grã-Bretanha, em diversos momentos se tem a dúvida de que comportamento tibetano levaria à sua independência ou o

---

<sup>49</sup> As pessoas patriotas e os elementos pró-britânicos o fizeram, mas com propósitos diferentes: enquanto os elementos pró-britânicos o fizessem com o objetivo de negar a soberania da China sobre o Tibete, os patriotas o fizeram com medo de que Wu não aceitasse o menino que eles tinham confirmado através de procedimentos tradicionais e sagrados (tradução nossa).

conformaria como uma semicolônia britânica. Notoriamente, isto conforma a relação complexa que se tem entre os atores, em que a Grã-Bretanha influenciou muito para a deterioração das relações chinesas com sua província tibetana.

### 3.2 Índia

A Índia durante um longo período agiu sob influência da Grã-Bretanha, devido a sua condição de colônia. Dessa forma, diversas vezes atuou de acordo com os planos britânicos para a independência do Tibete. O treinamento de soldados tibetanos para o uso de armas automáticas e o envio de representantes que facilitavam a relação entre o Tibete, a Índia e a Grã-Bretanha são exemplo de ações indianas coordenadas pelos britânicos, e que exerceram grande influência sobre o caso tibetano.

O último acontecimento em que a Grã-Bretanha agiu por intermédio indiano foi na Conferência das Relações Asiáticas de 1947, em que a Índia seria o anfitrião, em Nova Deli. Na ocasião, o representante da Índia no Tibete, Hugh Richardson, seguindo as instruções britânicas convidou e encorajou o Tibete a enviar delegados para a conferência. Além disso, sugeriu que os tibetanos levassem uma bandeira nacional. Para mais, durante o encontro, o mapa asiático não representava o Tibete como parte do território chinês, a princípio (JIAWAY; GYAINCAIN, 2009).

Tais acontecimentos desagradaram muito a parte chinesa, que protestou durante a conferência. Resultando na revisão do mapa asiático além da não disposição da “bandeira nacional tibetana” com as demais bandeiras dos Estados presentes. Ademais, foi afirmado pelo lado indiano que os tibetanos estariam ali como meros convidados, e não representando um Estado (JIAWAY; GYAINCAIN, 2009; LIN, [entre 2012 e 2017]).

Issues related to the planning of the Asian Relations Conference of 1947 highlighted the tensions. India, the host, invited Tibet and China as two separate nations, much to the fury of the Guomindang. In an attempt to rectify the political faux pas, conference leaders chose not to exhibit the newly designed Tibetan flag and on the world map they displayed, drew in Tibet as a part of China. These concessions, however, were only temporary solutions to a rapidly escalating situation<sup>50</sup> (LIN, [entre 2012 e 2017], p. 6).

---

<sup>50</sup> Questões relacionadas ao planejamento da Conferência de Relações Asiáticas de 1947 destacaram as tensões. A Índia, o anfitrião, convidou o Tibete e a China como duas nações separadas, para a fúria do Kuomintang. Em uma tentativa de corrigir os erros políticos, os líderes da conferência optaram por não exibir a bandeira tibetana recém-projetada e, no mapa do mundo que exibiram, desenharam o Tibete como parte da China. Essas concessões, no entanto, eram apenas soluções temporárias para uma situação de rápida escalada (tradução nossa).

A afirmação de que as medidas tomadas na Conferência das Relações Asiáticas seriam apenas uma solução temporária para uma situação que se desenvolveria, se relaciona com os acontecimentos que ocorreriam em seguida. Decorrente da ocupação do Tibete em 1950, pelo partido de Mao Zedong, se teve um sério conflito relacionado aos problemas de fronteira entre a China e a Índia. Levando em conta também, o fato de a Índia ter cedido asilo político ao Dalai Lama em 1959, o que deteriorou ainda mais a relação, e levou a um conflito armado entre os dois Estados, em 1962 (BHATKOTI, [2005?]; NOTARIO, 2015).

Apesar da dissensão causada pela invasão, em 1954 foi assinado um acordo entre a Índia e a China. Neste, o Tibete foi reconhecido como parte do território chinês, mesmo que o lado indiano ainda protestasse para que a autonomia tibetana fosse garantida. Também era concordado o comércio direto e comunicação entre a Índia e o Tibete. Este acordo foi essencial para a construção de confiança entre os dois Estados, contribuindo para a cooperação e boa vizinhança.

[...] it had for the first time laid five principles of peaceful coexistence (mutual respect for each other's territorial integrity and sovereignty, mutual non-aggression, mutual non-interference in each other's internal affairs, equality and mutual benefit and peaceful coexistence) that could still be considered a model for conducting relationship between any two sovereign countries<sup>51</sup> (BHATKOTI, [2005?], p. 57)

O fato de o Dalai Lama ter se refugiado na Índia em 1959 contribuiu para as animosidades. O acolhimento do “governo em exílio” deve ser considerado como uma importante influência na questão tibetana. Apesar disso, o diálogo entre o Dalai Lama e o governo da China foi encorajado pelo lado indiano. Além disso, diferente do que poderia ser compreendido - como apoio à oposição - mais recentemente, a Índia reiterou diversas vezes que não permitiria ações “anti-China” no território indiano.

In 1988, the India-China Joint Press Communiqué stated “*Tibet is an autonomous region of China and that anti-China political activities by Tibetan elements are not permitted on Indian soil*”.

India's position was further stated in the Declaration on Principles for Relations and Comprehensive Cooperation between India and China signed in 2003 during the visit of the Prime Minister of India to Beijing. It says ‘*the Indian side recognizes that the Tibet Autonomous Region is part of the territory of the People's Republic of China and reiterates that it does not allow*

---

<sup>51</sup> Pela primeira vez, se estabeleceu cinco princípios de coexistência pacífica (respeito mútuo pela integridade territorial e soberania de cada um, não-agressão mútua, não interferência nos assuntos internos de cada um, igualdade e benefício mútuo e coexistência pacífica) que poderia ser considerado um modelo para a condução de relacionamento entre quaisquer dois países soberanos (tradução nossa).

*Tibetans to engage in anti-China political activities in India.* The latest joint statement issued during the visit of the Chinese Premier, Wen Jiabao to India in April 2005, states *'the Indian side reiterated that it recognized the Tibet autonomous Region as part of the territory of the People's Republic of China and that it did not allow Tibetans to engage in anti-Chinese political activities in India'*<sup>52</sup> (BHATKOTI, [2005?], p. 64, grifo nosso).

Nos anos 2000, os Estados da Índia e da China chegaram à decisão de que seria preciso trabalhar em conjunto para que ambos pudessem se desenvolver; e para que isso ocorresse seria necessário a resolução do problema fronteiriço. Dessa forma, os países entraram em um acordo, determinando a busca de um entendimento justo e razoável para ambos, de forma respeitosa e amigável. Foi combinado que as populações das regiões da fronteira Índia-China seriam protegidas e não haveria transferência populacional para a região.

Assim sendo, ficou acertado que, mutuamente, os Estados não representariam ameaça para o outro. Configurou-se então uma relação de cooperação bilateral forte, o que era totalmente suspenso entre os dois Estados de 1961 à 1976, e que gradualmente foi melhorando. Tal cooperação é indicada por Bhatkoti ([2005?]) no seguinte trecho: "In last two years alone, China and India have signed about two dozen agreements to cooperate in various fields like trade, CBMs, security, border issue, science and technology, financial services, air services, energy security"<sup>53</sup> (BHATKOTI, [2005?], p. 71)

Dessa forma, percebe-se que a Índia, oficialmente não apoia o lado tibetano, e que inclusive aparenta cooperar com a China. Mas suas ações de fato contribuíram para a continuidade da situação, como o proporcionamento da existência do governo

---

<sup>52</sup> Em 1988, o Comunicado da Imprensa Conjunta Índia-China declarou que "o Tibete é uma região autônoma da China e que as atividades políticas anti-China por elementos tibetanos não são permitidas em solo indiano".

A posição da Índia ainda foi afirmada na Declaração sobre os Princípios para as Relações e a Cooperação Abrangente entre a Índia e a China, assinada em 2003, durante a visita do Primeiro Ministro da Índia a Pequim. Ele diz que "o lado indiano reconhece que a Região Autônoma do Tibet é parte do território da República Popular da China e reitera que não permite que os tibetanos se engajem em atividades políticas anti-China na Índia." A última homologação conjunta foi emitida durante a visita do primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, à Índia em abril de 2005, comunicando que "o lado indiano reiterou que reconheceu a Região Autônoma do Tibete como parte do território da República Popular da China e que não permitiu que os tibetanos atividades políticas anti-chinesas na Índia" (tradução nossa).

<sup>53</sup> Somente nos últimos dois anos, a China e a Índia assinaram cerca de duas dúzias de acordos para cooperar em vários campos, como comércio, CBMs, segurança, questões de fronteira, ciência e tecnologia, serviços financeiros, serviços aéreos, segurança energética (tradução nossa).

em exílio entre outras circunstâncias que prejudicam a perspectiva de resolução da problemática tibetana.

### 3.3 Estados Unidos

Oficialmente, os Estados Unidos sempre reconheceram o Tibete como uma parte do território chinês. No entanto, o apoio mostrado pelo congresso norte-americano ao Dalai Lama e ao governo em exílio coloca em dúvida esse posicionamento (DUMBAUGH, 2008). Segundo Bhatkoti ([2005?], p. 64) “The United States supports one China policy and it never recognized Tibet as an independent country but its involvement in any form in the last fifty years has always influenced the course of events relating to Tibetan issue<sup>54</sup>” (BHATKOTI, [2005?], p. 64).

Durante a década de 1980, o governo americano demonstrou uma política de engajamento em relação à China. Assuntos de grande tensão, como é o caso tibetano, foram abafados, para que a boa relação prevalecesse. Por outro lado, no mesmo período os Estados Unidos atuaram de forma que favoreceu o separatismo tibetano. No final da década o 14º Dalai Lama já possuía muitos aliados nos Estados Unidos e havia uma grande pressão para que o governo tivesse uma política mais assertiva em relação ao Tibete.

Two events of particular importance occurred in 1987. First, on September 21, the Dalai Lama made his first political speech in the United States, at the invitation of the Congressional Human Rights Caucus. [...] Second, Congress put non-binding measures into place in 1987 declaring that the United States should make Tibet’s situation a higher policy priority and should urge China to establish a constructive dialogue with the Dalai Lama<sup>55</sup> (DUMBAUGH, 2008, p. 16).

O congresso norte-americano passou a tomar pequenas, mas significativas medidas, que influenciavam o caso tibetano. Mencionar o Tibete separadamente nas

---

<sup>54</sup> Os Estados Unidos apoia a política de uma China única e nunca reconheceu o Tibete como um país independente, mas seu envolvimento nos últimos cinquenta anos tem sempre influenciado o andamento dos eventos relacionados à problemática tibetana (tradução nossa)

<sup>55</sup> Dois eventos de particular importância ocorreram em 1987. Primeiro, em 21 de setembro, o Dalai Lama fez seu primeiro discurso político nos Estados Unidos, a convite do Comitê de Direitos Humanos do Congresso. [...] Segundo, o Congresso estabeleceu medidas não vinculantes em 1987, declarando que os Estados Unidos deveriam tornar a situação do Tibet uma prioridade política mais alta e deveriam impelir a China a estabelecer um diálogo construtivo com o Dalai Lama (tradução nossa).

legislações estadunidenses e fazer transmissões na língua tibetana são exemplo de medidas que favoreciam o ideal de independentismo tibetano dentro dos Estados Unidos e internacionalmente. No entanto, a administração estadunidense não demonstrava apoio à essas medidas, procurando minimiza-las.

As early as 1986, when Congress passed legislation authorizing Export-Import Bank funding that listed Tibet as a separate country, President Reagan signed the legislation into law. In his remarks, however, the President said: “I note that Tibet is listed as a country in section 8. The United States recognizes Tibet as part of the People’s Republic of China. I interpret Tibet’s inclusion as a separate country to be a technical oversight<sup>56</sup>” (DUMBAUGH, 2008, p. 17).

Em 1991, uma resolução do congresso estadunidense, considerou o Tibete com um Estado ocupado e que seus verdadeiros representantes seriam o Dalai Lama e o governo em exílio. Os Estados Unidos reconheceram o governo em exílio do Dalai Lama, inclusive diversos presidentes norte-americanos encontraram-se com o 14º Dalai Lama, seja informal ou formalmente, o que não é do agrado chinês.

Com o forte posicionamento do congresso norte-americano, observa-se a tomada de medidas que interferiram na questão tibetana, como o recebimento de grupos de apoio para promover a causa tibetana. Também se teve a reforma, feita pelo congresso, da legislação em alguns pontos específicos, para que essa promovesse assistência ao Tibete. Na legislação incluíam-se projetos como a concessão de fundos para assistência humanitária daqueles que se refugiaram do Tibete e um Fundo de Suporte Econômico para ONGS que lutavam para preservar a cultura original tibetana (DUMBAUGH, 2008).

Além disso, teve-se a criação da posição de Coordenador especial para o Tibete. Isso ocorreu, com o intuito inicial de se criar um enviado especial com uma embaixada norte americana no Tibete. Contudo, como o Tibete era oficialmente considerado parte do território da China pelos Estados Unidos, a administração estadunidense se opôs ao plano da criação do enviado com grau de embaixada para o Tibete. Dessa forma, no lugar do enviado especial se teve a criação do cargo de coordenador, como é mostrado pela autora Kerry Dumbaugh (2008, p. 18) “Although the new Special Coordinator position did not come with ambassadorial rank, its

---

<sup>56</sup> Já em 1986, quando o Congresso aprovou uma legislação autorizando o financiamento do Export-Import Bank, que listou o Tibete como um país separado, o presidente Reagan assinou a legislação. Em seus comentários, no entanto, o presidente disse: “Noto que o Tibete é listado como um país na seção 8. Os Estados Unidos reconhecem o Tibete como parte da República Popular da China. Eu interpreto a inclusão do Tibete como um país separado para ser um engano técnico (tradução nossa).



creation nevertheless suggested there would be a higher level of official attention on issues involving Tibet<sup>57</sup>” (DUMBAUGH, 2008, p. 18).

Outros casos que podem ser citados para exemplificar a interferência estadunidense no caso tibetano são: a premiação do 14º Dalai Lama com uma medalha de honra em 2007; e o boicote norte-americano feito nos Jogos Olímpicos de 2008 em Pequim. Ambos acontecimentos influenciaram a questão tibetana, e ainda que, oficialmente, os Estados Unidos não reconhecessem a independência tibetana, essas medidas desvitalizaram o governo chinês e popularizaram internacionalmente a problemática.

A medalha de honra seria cedida ao 14º Dalai Lama para cumprimentar e reconhecer seu status internacional e suas conquistas. No entanto, a China deixa claro que o acontecimento seria de seu desagrado; alegando que essa decisão “seriously interferes with China’s internal affairs and damages U.S.-China relations<sup>58</sup>.” (“President Bush signs into law proposal to honor Dalai Lama with medal despite Chinese objections,” *International Herald Tribune*, September 27, 2006. Apud DUMBAUGH, 2008, p. 20). Mesmo assim, a premiação foi feita em 2007.

Já em 2008, identificam-se uma série de rebeliões feitas pelo *Tibetan People’s Uprising Movement* (TPUM), que foi abordada anteriormente na pesquisa. Várias respostas estadunidenses foram dadas para a violência desencadeada das manifestações. O congresso pediu para que houvesse o boicote completo, ou pelo menos da abertura dos Jogos Olímpicos em Pequim. Além disso, membros do congresso anunciaram a formação de uma “bancada tibetana”, a fim de representar o governo em exílio do Dalai Lama assim como os direitos para o Tibete. Para mais, se incluiu uma nova legislação que condenava a repressão chinesa com os manifestantes, e buscava proteger a cultura, a língua e a liberdade religiosa dos tibetanos (DUMBAUGH, 2008).

O lado tibetano, utiliza-se de discursos bem conceituados no ocidente, como a agressão aos direitos humanos por parte da China e o seu zelo ecológico na região tibetana. Desse modo, foi conseguida uma abertura para a popularização

---

<sup>57</sup> Apesar de que a nova posição de Coordenador Especial não tenha sido classificada como embaixador, sua criação, no entanto, sugeriu que haveria um nível mais alto de atenção oficial em questões envolvendo o Tibete (tradução nossa).

<sup>58</sup> Interfere seriamente nos assuntos internos da China e prejudica as relações EUA-China (tradução nossa).

internacional da problemática, conquistando apoio em massa para o independentismo tibetano.

The Tibet issue presented a good case to the US and the western democratic countries to promote their political philosophy of 'democracy' and 'human rights', particularly aiming at rising communist China. They started giving the Dalai Lama prominence and opportunities to address various forums and projected him as a struggler for human rights<sup>59</sup> (BHATKOTI, [2005?], p. 67)

Notoriamente, ainda que os Estados Unidos reconheçam o Tibete como região da China, suas ações influenciam, de forma contrária ao seu posicionamento, a questão tibetana. A política dos Estados Unidos para o Tibete são uma forma de impulsionar a problemática, e como o autor Bhatkoti ([2005?], p. 66) afirma "The new US Tibet policy has helped internationalize the Tibet issue<sup>60</sup>" (BHATKOTI, [2005?], p. 66). A atenção cedida pelos Estados Unidos faz com que a problemática tibetana tenha mais visibilidade internacional, com uma forte propaganda que se opõe ao lado chinês.

the shelves of bookstores in Australia, the United States, and Europe abound with books published by mainstream presses telling the Tibetan side of the story. In addition, numerous documentaries and magazine articles have been produced that are highly critical of the Chinese version of events and that support the Tibetan view. Big-budget Hollywood movies like *Seven Years in Tibet* similarly present the Chinese as the villains of the story and depict the Tibetan position<sup>61</sup> (POWERS, 2004, p. viii).

Dessa maneira, levando em conta o posicionamento e ações destes três Estados, que exercem importante influência no caso em questão, é reafirmado que a independência tibetana não é oficialmente apoiada por tais Estados. Por outro lado, se evidencia que suas ações contribuem para a continuidade da problemática. Não é possível afirmar que tais contribuições que impulsionam a problemática são feitas de forma acidental. Há a inferência de que as ações dos atores externos para dar

---

<sup>59</sup> A questão do Tibet apresentou um bom argumento para os EUA e os países democráticos ocidentais promoverem sua filosofia política de "democracia" e "direitos humanos", particularmente visando crescer contra a China comunista. Eles começaram a dar ao Dalai Lama proeminência e oportunidades para abordar vários fóruns e projetaram-no como um lutador pelos direitos humanos (tradução nossa).

<sup>60</sup> A nova política tibetana dos EUA ajudou a internacionalizar a questão do Tibete (tradução nossa).

<sup>61</sup> as prateleiras das livrarias na Austrália, nos Estados Unidos e na Europa estão repletas de livros publicados por grandes editoras que contam o lado tibetano da história. Além disso, numerosos documentários e artigos de revistas foram produzidos e são altamente críticos em relação à versão chinesa dos eventos e que apoiam a visão tibetana. Grandes filmes de Hollywood como "Sete Anos no Tibete" apresentam os chineses como os vilões da história e retratam a posição tibetana (tradução nossa).

continuidade no conflito são propositais, tendo em vista que os Estados possuem interesse na região tibetana; além de que, considerando a ascensão da China e que isto pode ser visto como uma ameaça, é suposto até que certos Estados busquem desestabilizá-la por meio da incitação de conflitos no Tibete.

Além da atuação de outros Estados, é possível notar a popularidade da causa tibetana, que acontece por meio do uso de *soft power*. Ao retratar assuntos de fácil publicidade no ocidente, como a questão ambiental e de direitos humanos, se atrai atenção e confere-se importância à questão tibetana, deixando-a mais complexa e dificultando a sua resolução.

Tendo visto a relevância que tem a influência externa para a existência e continuidade da problemática, ressalta-se a importância da proteção das regiões de fronteira na China para a credibilidade de sua política doméstica. Como é compreendido, há estreita relação entre o firmamento de uma dinastia com a segurança externa do Estado. Para Carla Freeman, especialista na política interna e internacional chinesa, o Tibete configuraria uma região que apresenta grande risco e realmente requer ampla atenção do governo chinês. Isto devido às suas características de diferença étnica e cultural, além de encontrar-se em uma região de difícil acesso em um Estado territorialmente extenso (FREEMAN, 2011). Dessa maneira, em seguida será verificada a hipótese de que o Tibete possui uma grande importância geopolítica e estratégica e que isto é motivação pelo interesse chinês na manutenção de soberania sobre o território tibetano.

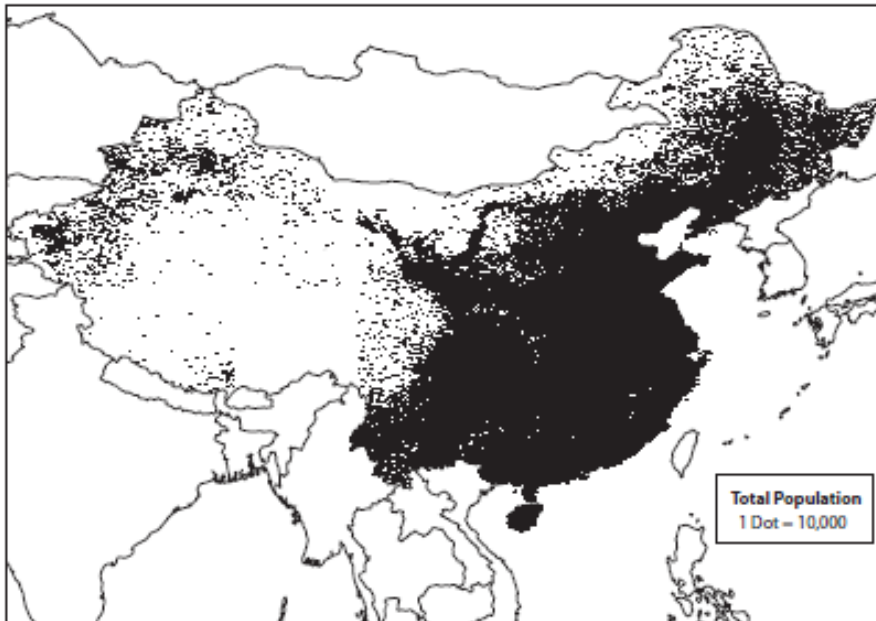
#### 4 GEOPOLÍTICA TIBETANA

Como foi visto, atores externos, como os Estados abordados durante a pesquisa, demonstram interesse em possuir poder de influência e controle sobre a região tibetana. Supostamente, o potencial apresentado pelo Tibete, em termos territoriais, de biodiversidade e estratégicos é uma causa determinante para tal interesse. Além disso, é suposto que este é um dos motivos para a disposição chinesa em agir em prol da manutenção de sua soberania no território tibetano.

Um aspecto importante a ser considerado, para que o Tibete receba a atenção cuidadosa do governo chinês, é sua importância estratégica geopolítica. Isso é confirmado ao verificar que para os estudos geopolíticos, fatores como a extensão territorial, o relevo, a posição geográfica, os recursos naturais e a população, são significativos para o conhecimento e classificação de um Estado ou de uma região (CELERIER, [1995?]).

Começando pelo relevo, que serve de característica determinante das atividades humanas, assume-se o Tibete como uma região montanhosa. A configuração orográfica tibetana consiste no platô tibetano que é cercado pela cordilheira do Himalaia, tratando-se de uma das maiores altitudes do mundo. Esta característica pode ser vista como um obstáculo ao desenvolvimento humano, considerando a dificuldade de locomoção e habitação de áreas como essa (BONFIM, 2005). Observando o mapa de densidade demográfica na China (Figura 2), é possível confirmar a afirmação de que a região tibetana, que fica no sudoeste do Estado, é pouco povoada.

**Figura 2 - Mapa densidade demográfica na China.**



Fonte: China 2000 County Population Census, China Data Center, University of Michigan, 2003. APUD. FRAVEL, 2008, p. 45

Apesar da dificuldade de desenvolvimento, o relevo tibetano proporciona à China uma forma de barreira e proteção natural, tendo em vista que as montanhas e as cordilheiras servem como excelente demarcação de fronteiras, já que proporcionam uma condição de isolamento e defesa, o que pode facilitar o controle de quem entra ou sai da região (BONFIM, 2005).

Historicamente, a defesa das terras centrais chinesas dependia de suas regiões periféricas estratégicas, para proteção contra invasões estrangeiras. Desse modo, é possível fazer a assimilação da China e da cordilheira do Himalaia ao *heartland*, teoria da “área pivô” de Mackinder, na qual se tem uma área central, com condições plenas para o desenvolvimento e a sobrevivência, e a sua volta estariam as regiões periféricas (crescentes interno e externo), que serviriam para a proteção do *heartland* às ameaças externas. O próprio Mackinder equipara a eficácia de barragem da cordilheira do Himalaia com outras barreiras naturais como o deserto do Saara e o gelo polar (HENÁNDEZ, 2009; MACKINDER, 2011).

A comparação da teoria da “área pivô” de Mackinder com a cordilheira do Himalaia e a região do Tibete, se dá na proteção ao centro da China, que é

proporcionada pelas suas regiões periféricas. A região central compreenderia aquela que é densamente povoada, principalmente pela etnia majoritária chinesa, Han. Já as regiões periféricas seriam as suas fronteiras, incluindo o Tibete, que servem como uma “zona tampão” e para a proteção do centro da China contra ameaças estrangeiras (FRAVEL, 2008). Tal circunstância de fato é vivida e possui importância para a segurança militar do centro da China, visto que “por más de 1,000 años el control de las regiones periféricas de China ha sido clave para la defensa de las tierras centrales (heartland)<sup>62</sup>” (HERNÁNDEZ, 2009, p. 52).

Por outro lado, é possível visualizar a região tibetana como um ponto fraco na fronteira chinesa. Já que, se fosse dominada por outro Estado, deixaria a China ameaçada e em uma posição de difícil resolução, levando em consideração que esta perderia influências não só no Tibete, mas também em grande do oeste chinês.

As an elevated plateau, bounded by the Himalayas to the south, Tibet has been termed China's “soft underbelly” abutting Xinjiang as well as Qinghai, Sichuan, and Yunnan provinces. Domination or control of the plateau by a foreign power would put these other regions at risk, linking the physical security of China's southwest with the exclusion of foreign influence in Tibet<sup>63</sup> (FRAVEL, 2008, p. 72).

Dessa forma, é possível confirmar a importância estratégica que a fronteira tibetana possui para a segurança chinesa. Além de que, se não houver controle garantindo a predisposição dessa região para a defesa da China, significaria que esta se torna uma preocupação, já que fragiliza a segurança militar central do Estado. Dessa maneira, considerando os benefícios em possuir controle sobre o território, e os malefícios em não o possuir, entende-se que é essencial que a China defenda e marque presença na sua fronteira, principalmente na região do Tibete.

Consequente do relevo tibetano, se originam os rios, que são também um importante fator para entender a importância geopolítica que a região possui e o interesse e motivação para as ameaças estrangeiras. Os recursos hidrográficos são extremamente importantes à sobrevivência, para irrigação de produções, meio de

---

<sup>62</sup> Por mais de 1.000 anos o controle das regiões periféricas da China tem sido chave para a defesa das terras centrais (heartland) (tradução nossa).

<sup>63</sup> Como um platô elevado, limitado pelo Himalaia ao sul, o Tibete tem sido chamado de “ponto frágil” da China próximo a Xinjiang, bem como as províncias de Qinghai, Sichuan e Yunnan. A dominação ou o controle do planalto por uma potência estrangeira colocaria essas outras regiões em risco, afetando a segurança física do sudoeste da China com a exclusão de influência estrangeira no Tibete (tradução nossa).

transporte em rios navegáveis, fonte de energia em rios com quedas e não navegáveis, fonte de desenvolvimento, entre outros (BONFIM, 2005).

**Figura 3 - Mapa dos rios da China**



Fonte: CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY

O Tibete é uma região rica em relação aos recursos hidrográficos, sendo o terceiro maior reservatório de água doce do mundo, perdendo apenas para os polos do planeta. Além disso, os principais rios do continente asiático, como o Yangtze, o rio Amarelo, o Mekong, o Indus e o Brahmaputra possuem sua nascente nas montanhas tibetanas, sendo possível observar no mapa de rios da China (Figura 3). Dessa forma, “el gobierno chino controla el suministro de agua de trece de sus países vecinos. En otras palabras, la República Popular China tiene poder directo sobre las reservas hídricas del 50% de la población mundial<sup>64</sup>” (NOTARIO, 2015, p. 8).

Levando em conta que a bacia hidrográfica fica sob o domínio daquele Estado em que se encontra a nascente, quem controlar o Tibete também possui poder sobre um importantíssimo potencial hídrico. Considerando ainda a importância da água para a vida humana e o valor que o controle das nascentes possui, pode se compreender o grande interesse pela região tibetana. O potencial hidrográfico apresentado é,

<sup>64</sup> O governo chinês controla o abastecimento de água de treze países vizinhos. Em outras palavras, a República Popular da China tem poder direto sobre as reservas de água de 50% da população mundial (tradução nossa).

portanto, um notável motivo para a cobiça estrangeira sobre o Tibete, e também justifica a cautela chinesa nessa região.

Para mais, deve-se levar em conta os demais recursos naturais que são encontrados no Tibete. Desde radiação solar, potencial eólico, recursos minerais, vegetais e animais, a região demonstra abundância e variedade de recursos que podem proporcionar certo grau de “autossuficiência” (CONHEÇA O TIBETE, 2018). No entanto, é questionável a vantagem que se tem na independência, ao promover uma falsa segurança, há de se considerar as desvantagens no sentimento de autossuficiência, como é apresentado pelo autor, Pierre Celerier.

Si la variedad es una gran ventaja en período de crisis porque permite vivir, con restricciones, en "circuito cerrado", no carece de inconvenientes políticos, pues engendra cierta facilidad y una falsa seguridad, poco propicias al espíritu de lucha indispensable en la competencia mundial<sup>65</sup> (CELERIER, [1995?]).

Ainda assim, há de se considerar que a prosperidade de um Estado não depende somente de sua abundância e qualidade de recursos, mas também de como estes são empregados e de sua produtividade (CELERIER, [1995?]). Sendo assim, o Tibete não tem, seguramente, capacidade para se sustentar por si próprio. O potencial tecnológico e econômico que o restante da China proporciona para a região é fundamental para o seu desenvolvimento.

Convenientemente, há o interesse chinês no desenvolvimento regional periférico. O Tibete tem grande importância no que diz respeito ao seu potencial de recursos. Como exemplo, é o principal receptor de radiação solar de toda a China, e seu potencial eólico é um dos maiores do Estado também. Com isso, se aumenta a capacidade de produção energética do país, que é um elemento imprescindível à sobrevivência atualmente (CELERIER, [1995?]). A China é, com a contribuição do potencial tibetano, o maior produtor de energia do mundo, bem como é também o maior consumidor (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2018).

Da mesma forma, deve-se prezar a região pelos recursos minerais. O Tibete apresenta grande reserva mineral e muitas minas a serem exploradas. Encontram-se minérios de grande valor de mercado e importantes para a produção e

---

<sup>65</sup> Se a variedade é uma grande vantagem no período de crise porque permite viver, com restrições, em "circuito fechado", não faltam inconveniências políticas, pois engendra certa tranquilidade e uma falsa segurança, pouco propícia ao indispensável espírito de luta na competição mundial (tradução nossa).



desenvolvimento do Estado, entre eles: o cobre, o crómio, o chumbo, o zinco Ag metálico, o ferro, o ouro e o potássio (CONHEÇA O TIBETE, 2018), sendo que os minérios metálicos são importantes para a cadeia de produção chinesa, tanto que são uma das commodities mais importadas pela China (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2018). Os recursos de origem mineral, como um todo, possuem grande relevância, considerando que são uma fonte primária de riquezas.

Los recursos se clasifican actualmente en dos categorías principales. Una comprende la agricultura bajo todas sus formas y la pesca; la otra, es de origen mineral: carbón, petróleo, minerales diversos y las múltiples industrias correspondientes y sus técnicas, desde las de extracción hasta las de empleo. Es preciso entender por estas últimas la utilización de los medios de que se dispone y que son una fuente de riqueza y de fuerza<sup>66</sup> (CELERIER, [1995?]).

Além disso, confere-se importância aos outros recursos: vegetais e animais. Contando com uma extensa variedade de espécies e inclusive algumas endêmicas tibetanas, a mais vasta área florestal do país e também a presença de espécies em risco de extinção no planeta, como os antílopes tibetanos. A fauna e a flora tibetana tem, portanto, uma grande importância, assim como a sua proteção (CONHEÇA O TIBETE, 2018).

Ademais, se tem uma amplitude de terra cultivada e pastagem, que ocupa uma extensa parte do Tibete e fica em primeiro lugar do país em área total (CONHEÇA O TIBETE, 2018). que pode ser considerado um importante fator, já que a China é líder mundial no valor bruto de sua produção agrícola, ainda que a agricultura represente aproximadamente 8% de seu PIB (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2018).

Portanto, a relevância tibetana, em relação ao seu potencial de recursos naturais, é clara. Tais características, presumidamente são atrativo para o interesse estrangeiro em controlar a região, assim como é atraente para o restante da China manter sua soberania, o que reforça a indispensabilidade da defesa e presença chinesa no Tibete.

Em diversos momentos ao analisar os recursos tibetanos, percebe-se que ele supera em grandeza as demais regiões da China. Ali se encontram o maior potencial hídrico, a mais extensa reserva florestal, a maior área em pastagem e terra cultivada, etc. Isso não ocorre por coincidência, o Tibete é uma das maiores províncias do

---

<sup>66</sup> Atualmente, os recursos são classificados em duas categorias principais. Um inclui a agricultura em todas as suas formas e pesca; a outra é de origem mineral: carvão, petróleo, vários minerais e as múltiplas indústrias correspondentes e suas técnicas, da extração ao emprego. É necessário entender por este último o uso dos meios disponíveis e que são uma fonte de riqueza e força (tradução nossa).

Estado, ocupando uma área de 1'228,400 km<sup>2</sup> (HERNÁNDEZ, 2009). Assim como pode ser visto no mapa administrativo da China, abaixo (Figura 4), é possível notar que a região denominada de Xizang, em marron, no sudoeste do Estado correspondente ao território tibetano, é uma das maiores províncias, representante de quase um quarto de toda a extensão territorial chinesa.

**Figura 4 - Mapa administrativo da China**



Fonte: CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY

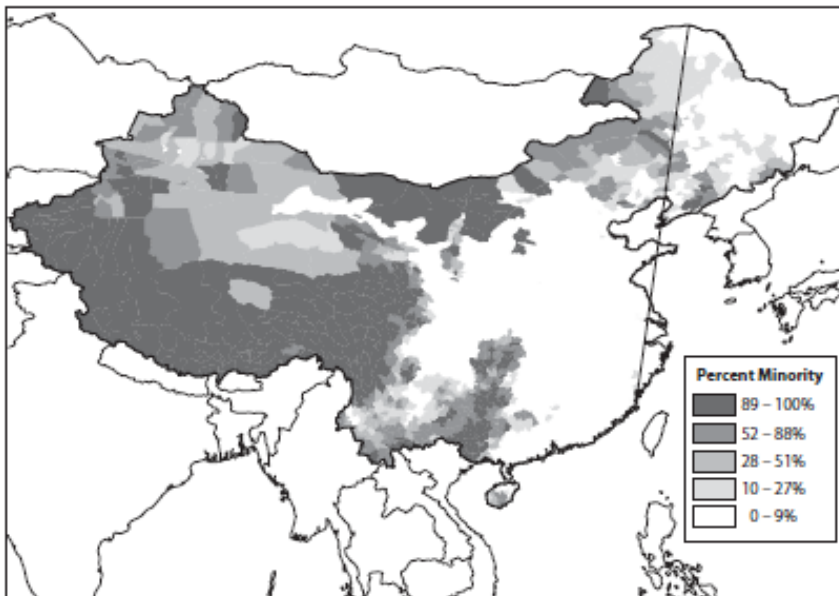
A extensão do território tibetano é outro motivo que outorga sua importância dentro da China. Como já foi visto, a manutenção do território chinês e proteção de suas fronteiras é pertinente para a estabilidade de sua política doméstica. A proteção do conjunto territorial é fundamental para a segurança política e econômica chinesa, garantindo o desenvolvimento do Estado. Isto posto, infere-se que a perda de um território tão vasto e rico seria uma grande perda, afetando a China em diversas esferas. Além de que, a concessão de independência ao Tibete, poderia contagiar outras regiões, como a Mongólia Interior, a seguir o mesmo movimento, piorando ainda mais a situação de perda territorial (FREEMAN, 2011; NOTARIO, 2015).

Ainda, é possível considerar que a grande extensão territorial tibetana seria útil ao proporcionar a relocação de população para essa região. Levando em conta que a China é o país mais populoso do mundo (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2018), confirma-se a importância dessa possibilidade. “La gran extensión de esta región

facilita la futura recolocación de personas procedentes de otros lugares del país más densamente pobladas<sup>67</sup>” (NOTARIO, 2015, p. 7). Inclusive, como já foi visto, o governo chinês, a partir da década de 1990, faz esforços para incentivar a população Han a se mudar para as cidades tibetanas (GOLDSTEIN, 1999)

Outro aspecto importante a ser considerado são as características populacionais. Já foi visto que o Tibete não é muito populoso devido ao seu relevo de difícil acesso. A densidade demográfica do sudoeste chinês é muito baixa, e sua população se concentra no leste do Estado. Apesar do pouco povoamento, é possível verificar a dominância de minorias étnicas na região, visível no mapa étnico abaixo (Figura 5). Como é trazido pelo autor Taylor Fravel (2008, p. 45) “ethnic minorities such as Tibetans or Mongols comprise less than 10 percent of China’s population but reside mostly in the frontiers enveloping China proper, which account for roughly 60 percent of the PRC’s territory<sup>68</sup>” (FRAVEL, 2008, p 45).

**Figura 5 - Mapa étnico da China**



Fonte: China 2000 County Population Census, China Data Center, University of Michigan, 2003. APUD FRAVEL, 2008, p. 44.

<sup>67</sup>A grande extensão desta região facilita a futura realocação de pessoas de outros lugares do país mais densamente povoadas (tradução nossa).

<sup>68</sup> as minorias étnicas, como os tibetanos ou os mongóis, representam menos de 10% da população da China, mas residem principalmente nas fronteiras que envolvem a China, que representam cerca de 60% do território da República Popular da China (tradução nossa).

A diferença étnica que se tem nas fronteiras da China, como ocorre no Tibete, representa uma preocupação a ser analisada. Muitas vezes a diferença cultural e falta de assimilação com o restante do Estado pode levar a conflitos étnicos, políticos e territoriais, como é apontado pela autora Carla Freeman (2011, p. 27) “Cultural differences may contribute to tensions and suspicions between local non-Han ethnic groups and Han officials seeking to pursue high-growth strategies to economic development that may collide with local preferences<sup>69</sup>” (FREEMAN, 2011, p. 27).

De acordo com Carla Freeman, professora associada de pesquisa em estudos da China e Diretora Executiva do Instituto de Política Externa SAIS, a existência de diversas etnias e a falta de assimilação com o restante do Estado e até mesmo uma identificação maior com a população do outro lado da linha de fronteira pode causar conflitos, como o existente no caso tibetano: “In the Chinese context, these populations are frequently distinct from China’s dominant Han cultural group and have cultural if not kinship ties to the populations beyond China’s territorial borders in adjacent states<sup>70</sup>” (FREEMAN, 2011, p. 27).

No caso Tibetano, isso pode ser relacionado até mesmo com a falta de acesso à região, já que como foi visto anteriormente, o relevo do Tibete é um fator que dificulta o desenvolvimento humano, considerando os obstáculos para a locomoção e até mesmo para a habitação dessa área. Segundo Fravel (2008), a comunicação dos tibetanos era mais fácil com os vizinhos, como a Índia, do que com o próprio centro da China. Entretanto, como será visto mais adiante, uma das medidas chinesas para a manutenção de soberania sobre a região tibetana é exatamente o investimento na construção e melhoria das vias de comunicação entre o Tibete e o restante da China (CHANSORIA, 2011).

Tibet lacked communication links with China proper and Xinjiang. In 1949, no motorable roads connected Tibet with any of the other regions controlled by the CCP. [...] Moreover, most of Tibet’s traditional lines of communication linked it not with China proper but with its Himalayan neighbors, especially India and Nepal, which had enjoyed special trading privileges under the Qing<sup>71</sup> (FRAVEL, 2008, p. 73).

---

<sup>69</sup> Diferenças culturais podem contribuir para tensões e suspeitas entre grupos étnicos não Han locais e autoridades Han que buscam estratégias de alto crescimento para o desenvolvimento econômico que podem colidir com as preferências locais (tradução nossa).

<sup>70</sup> No contexto chinês, essas populações são frequentemente distintas do grupo cultural Han dominante da China e possuem laços culturais, se não de parentesco, com as populações além das fronteiras territoriais da China em estados adjacentes (tradução nossa).

<sup>71</sup> O Tibete não tinha ligações de comunicação com a China e com Xinjiang. Em 1949, nenhuma estrada motorizada ligava o Tibete a nenhuma das outras regiões controladas pelo Partido Comunista da China.

A presença e dominância das minorias étnicas nas fronteiras da China, pode ser considerada uma ameaça à integridade nacional. Visto isso, os aspectos populacionais chineses, elencam mais um motivo para que haja preocupação em proteger a região do Tibete.

Analisando as considerações feitas durante o estudo geopolítico da região, como a dificuldade de desenvolvimento perante o relevo intrincado e a problemática relativa às diferenças identitárias entre a minoria étnica tibetana e o restante da China, infere-se que o Tibete é uma zona propensa a apresentar problemáticas como a existente. Como foi mencionado anteriormente, o Tibete se enquadra no modelo de região que a autora Carla Freeman, indica como suscetível para problemas fronteiriços.

Particularly where governance in the neighboring state is weak, and also in territorially larger states or in countries with mountainous or otherwise difficult terrain where border regions may be far from the national government's direct oversight border regions are often the loci for the pathologies of porous borders<sup>72</sup> (FREEMAN, 2011, p. 25-26).

Desse modo, ao julgar as observações feitas à geopolítica tibetana, é possível tirar duas conclusões principais. A primeira delas é que o Tibete possui uma grande importância geopolítica, considerando seus fatores estratégicos, sua biodiversidade e extensão. A segunda diz respeito ao Tibete representar um ponto fraco na fronteira chinesa, sendo alvo de interesse estrangeiro, o que representa um perigo para a segurança da China.

Ambas conclusões indicam motivos para que a China se preocupe com a defesa desse seu território. Em síntese, é possível demonstrar geopoliticamente diversos motivos para que a China se preocupe em ocupar, militarizar e defender o Tibete. Tanto pelas ameaças estrangeiras, por ser uma região fragilizada e perigo que a ocupação desta representaria para a China, como pelos inúmeros benefícios e contribuições que esse território traz para o restante do Estado.

---

[...] Além disso, a maioria das linhas tradicionais de comunicação do Tibete não o ligava à China, mas sim aos seus vizinhos do Himalaia, especialmente a Índia e o Nepal, que gozavam de privilégios especiais de comércio sob o governo Qing (tradução nossa).

<sup>72</sup>Particularmente, onde a governança no estado vizinho é fraca, e também em estados territorialmente maiores ou em países com terreno montanhoso ou de difícil acesso, onde as regiões fronteiriças podem estar distantes das regiões fronteiriças de supervisão direta do governo nacional são frequentemente locais para as patologias de fronteiras porosas (tradução nossa).

## 5 POLITIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOBERANIA SOBRE A REGIÃO AUTONOMA DO TIBETE

Levando em consideração os segmentos anteriores, é visível a importância que o Tibete possui para o restante da China, e também os motivos para que ele seja alvo de interesse estrangeiro. Além disso, foi ponderado sobre a pertinência que a interferência de outros Estados e atores tem no caso, concluindo que o independentismo tibetano não surge inteiramente por iniciativa interna, mas por se tratar de um movimento significativo ao considerar sua relevância internacional, o que espera a atenção chinesa à questão.

Neste ponto, abordando a atenção chinesa que deve ser conferida ao caso tibetano, chega-se ao escopo desta pesquisa: a securitização da região autônoma do Tibete. No entanto, cabe questionar o uso do termo securitização nessa circunstância. Para isso, se faz necessário analisar o referencial teórico utilizado. Dessa forma, será considerada a abordagem abrangente da escola de Copenhague, buscando esclarecer o conceito de securitização na visão dos autores Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde.

### 5.1 Teoria de securitização

Antes de tudo, entende-se a segurança nas relações internacionais como sendo a garantia de sobrevivência de um Estado e nação, para a proteção destes contra qualquer ameaça em vista. Quando se recorre ao uso da segurança internacional se legitima o uso de medidas extremas e da força por parte do Estado, ou utilização de qualquer meio necessário para impedir e bloquear o que é evidenciado como ameaça (BUZAN, 1997; BUZAN; WAEVER; WILDE, 1988).

Numa visão tradicionalista das teorias de segurança internacional, a agenda se limitaria às ameaças da esfera militar. Mas com a ampliação para uma agenda mais abrangente, as ameaças passam a ser compreendidas em setores, e todas podem requerer securitização. Abordando temas referentes à economia, ecologia, política, e fatores sociais.

military sector is about relationships of forceful coercion; the political sector is about relationships of authority, governing status, and recognition; the economic sector; about relationships of trade, production, and finance; the societal sector is about relationships of collective identity; and the

environmental sector is about relationships between human activity and the planetary biosphere<sup>73</sup> (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1988, p. 7).

A partir da declaração que a segurança internacional legitima ações extraordinárias contra tais ameaças, atenta-se que é impreterível que se invoque o seu uso. Por causa disso, utiliza-se da securitização, que se trata do ato de fala para securitizar determinada ameaça. Logo, a securitização seria o discurso sobre a necessidade de prestar atenção à alguma ameaça específica, conferindo urgência e prioridade para esse assunto.

The way to study securitization is to study discourse and political constellations: When does an argument with this particular rhetorical and semiotic structure achieve sufficient effect to make an audience tolerate violations of rules that would otherwise have to be obeyed? If by means of an argument about the priority and urgency of an existential threat the securitizing actor has managed to break free of procedures or rules he or she would otherwise be bound by, we are witnessing a case of securitization<sup>74</sup> (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1988, p. 25).

Para que um tópico seja securitizado é necessário que, além do ato de fala da securitização, se tenha o aval da audiência. O reconhecimento de uma ameaça que necessita de medidas excepcionais e urgentes vem da aceitação como tal, por parte população interlocutora. Por isso, a securitização busca legitimar medidas que geralmente não ocorreriam, se não em uma situação emergencial, para que o público passe a tolerar essas medidas e violação de regras (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1988).

Além de entender a securitização, é interessante, para a análise sobre a China e o Tibete, que se conheça também sobre a politização. Enquanto a securitização representa a primordialidade e urgência em uma problemática, para se arcar com medidas inusuais, a politização trata de uma forma de lidar com os problemas menos intensa. "Politicization means to make an issue appear to be open, a matter of choice, something that is decided upon and that therefore entails responsibility, in contrast to

---

<sup>73</sup> setor militar é sobre relações de coerção forçada; o setor político é sobre relações de autoridade, status governante e reconhecimento; o setor econômico; sobre relações de comércio, produção e finanças; o setor societal é sobre relações de identidade coletiva; e a seção ambiental é sobre as relações entre a atividade humana e a biosfera planetária (tradução nossa).

<sup>74</sup> A maneira de estudar a securitização é estudar o discurso e as constelações políticas: quando um argumento com essa estrutura retórica e semiótica particular consegue um efeito suficiente para fazer um público tolerar violações de regras que de outra forma teriam que ser obedecidas? Se, por meio de um argumento sobre a prioridade e a urgência de uma ameaça existencial, o agente de securitização conseguiu se libertar de procedimentos ou regras que ele ou ela estaria vinculado, estamos testemunhando um caso de securitização (tradução nossa).

issues that either could not be different or should not be put under political control<sup>75</sup>” (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1988, p. 29).

Portanto, conclui-se que a securitização envolve os seguintes fatores: o ato de fala para apresentar a gravidade de um problema e a ameaça que este representa para a sobrevivência, o reconhecimento da problemática como um assunto de segurança internacional, por parte da audiência, e a implementação de medidas de emergência e excepcionais. Agora, é preciso identificar se a problemática do Tibete se configura como um caso de securitização para o governo chinês.

Dados anteriores expressam como o território tibetano é importante para a segurança chinesa. “Effectively controlling the Tibet Autonomous Region (TAR) is **crucial for China’s security** as Tibet comprises approximately one-fourth of China’s land mass<sup>76</sup>” (CHANSORIA, 2011, p. 30, grifo nosso). Além da extensão territorial, há outros motivos, já elucidados, como o controle do potencial hidrográfico da região, a biodiversidade e o relevo estratégico para proteção interna. Logo, conjectura-se que o movimento de autonomia ou independência tibetano represente uma ameaça ao Estado chinês.

A partir do entendimento de securitização é possível ponderar que a intervenção militar de 1950 do governo de Mao Zedong no Tibete tenha sido um ato de securitização. Pois, o que a princípio objetivava garantir que as fronteiras multiétnicas da China fossem mantidas, para o bom funcionamento do Estado, passa a ser uma necessidade de pressionar militarmente para conseguir uma negociação de paz com o Tibete (GOLDSTEIN, 1999). Dessa forma, considera-se que a intervenção militar de 1950 e as ações do Exército Popular de Libertação no Tibete configuram uma medida emergencial por parte da China.

Entretanto, em hipótese é provável que, de forma geral, a problemática tibetana corresponda mais a uma situação de politização para a China do que securitização, levando em conta a longa duração temporal que o caso tem, a oscilação entre medidas mais drásticas, como ocorre em 1950, e políticas moderadas com o intuito

---

<sup>75</sup> Politização significa fazer uma questão parecer aberta, uma questão de escolha, algo que é decidido e que, portanto, implica responsabilidade, em contraste com questões que não poderiam ser diferentes ou que não deveriam ser colocadas sob controle político (tradução nossa).

<sup>76</sup> O controle efetivo da Região Autônoma do Tibet (TAR) é crucial para a segurança da China, já que o Tibet compreende aproximadamente um quarto da massa terrestre da China (tradução nossa).



de uma resolução gradual do problema. Esta alternância de políticas chinesas para o Tibete pode ser exemplificada com a seguinte divisão entre fases:

**Phase-I** (1951-1959): [...] Mao's policy of moderation and gradualism also had the support of the Dalai Lama and the Tibetan elite but it was not implemented in practice. The exodus of the Dalai Lama and his supporters to India in 1959 marks the end this phase.

**Phase-II** (1959-1976): This is the critical period of Chinese handling of Tibet issue. It was dominated by the hard line policies and internal power struggle in China. [...]

**Phase-III** (1978-1986): This is the period when Deng Xiaoping adopted soft policy to handle Tibet issue and for the first time proposed talks with the Dalai Lama. [...]

**Phase-IV** (1987-2001): The failure of Deng's soft policy emboldened the hands of the hawks in the CPC and China adopted a different approach to solve Tibet issue through economic development instead of focusing on political solution alone. [...]

**Phase-V** (2002- ---): This period is marked by realistic handling of Tibetan issue, which combines winning the people of Tibet through economic development and conducting dialogue with the Tibetan leadership in exile<sup>77</sup>. (BHATKOTI, [2005?], p. 58-59-60, grifo nosso)

Assim sendo, assume-se as ações para o Tibete como parte da política chinesa, tratando-se de um caso de politização, onde se compreende que o tema em questão precise de atenção para ser controlado, mas não de forma prioritária ou urgente.

Por outro lado, levando em conta que, na visão abrangente, o agente securitizador não precisa ser necessariamente o Estado, as ações chinesas para problemática do Tibete não anulam uma securitização do lado oposto. Desse modo, é possível ponderar sobre uma securitização da região feita pelo movimento separatista, indo contra a China.

Pode-se considerar discursos do Dalai Lama, em uma posição de autoridade, como o ato de fala para securitizar a questão, como ocorre em 1987 com o primeiro discurso político do Dalai Lama nos Estados Unidos (DUMBAUGH, 2008). Atentando

---

<sup>77</sup> Fase I (1951-1959): [...] a política de moderação e gradualismo de Mao também contou com o apoio do Dalai Lama e da elite tibetana, mas não foi implementada na prática. O êxodo do Dalai Lama e seus partidários para a Índia em 1959 marca o fim desta fase.

Fase-II (1959-1976): Este é o período crítico da manipulação chinesa da questão do Tibet. Foi dominado pelas políticas de linha dura e pela luta interna pelo poder na China. [...]

Fase III (1978-1986): Este é o período em que Deng Xiaoping adotou uma política suave para lidar com a questão do Tibet e pela primeira vez propôs conversas com o Dalai Lama. [...]

Fase IV (1987-2001): O fracasso da política suave de Deng encorajou os falcões do Partido Comunista da China e a China adotou uma abordagem diferente para resolver a questão do Tibet por meio do desenvolvimento econômico, em vez de se concentrar apenas na solução política. [...]

Fase-V (2002- ---): Este período é marcado pelo tratamento realista da questão tibetana, que combina a conquista do povo do Tibete através do desenvolvimento econômico e a condução do diálogo com a liderança tibetana no exílio (tradução nossa).

para a criação de diversas problemáticas, como a necessidade de proteção do budismo e da cultura tibetana (setor societal) e importância da preservação do meio ambiente regional (setor ecológico). Notoriamente, os discursos para a securitização do Tibete, pelo lado dos tibetanos, são acatados e reconhecidos pela audiência, não só local, mas internacional; salienta-se aqui o já referido *soft power* utilizado pela parte tibetana. Além disso, são identificadas medidas fora do normal, como o governo em exílio do Dalai Lama.

Enfim, a securitização pelo lado tibetano mostra-se mais evidente, dentro dos padrões trazidos pela teoria utilizada. Entretanto, independente de se tratar de um caso de securitização ou politização, é possível apontar diversas medidas chinesas em relação ao Tibete. O que demonstra haver uma política de proteção da região com notável cuidado. Destacam-se medidas de melhorias na infraestrutura e desenvolvimento regional e que fazem com que o vínculo entre o Tibete e o restante da China seja maior, além de aumentar o poder logístico e de atuação das tropas chinesas no território tibetano (CHANSORIA, 2011).

## **5.2 Medidas chinesas para manutenção do território tibetano**

Durante os anos 1990, a China inicia uma campanha “*Go West*”, para encorajar empresas e cidadãos a migrarem para o território tibetano. O que é feito por meio de incentivos fiscais e demanda de profissionais capacitados para atuar na região, como exemplo “A decision has been taken to make the Chinese language the medium of instruction in schools, which will necessitate more Chinese tutors to come from the mainland<sup>78</sup>” (CHANSORIA, 2011, p. 11).

Como já foi visto na parte histórica desta pesquisa, tal tentativa vem acompanhada do aumento de oportunidades de emprego. A população flutuante, que não reside, mas trabalha em Lhasa, é o principal alvo do plano chinês para que passem a viver permanentemente no Tibete.

É esperado, com esta medida, além de apaziguar a população, induzir os próprios tibetanos a terem novas ideias e comportamentos diferentes, por meio da

---

<sup>78</sup> Foi tomada uma decisão para tornar a língua chinesa o meio de instrução nas escolas, o que exigirá mais professores chineses para vir do continente (tradução nossa).

aproximação de uma população moderna e não tão influenciada pelos Lamas e pelo budismo (GOLDSTEIN, 1999).

Medidas como essa ocasionam a modificação da demografia regional, trazendo benefícios para o lado chinês, que se torna mais presente e influente na região, com o crescimento da porcentagem de pessoas de etnia Han, ao invés de manter apenas a minoria étnica tibetana na região. Para mais se tem uma quebra de fronteiras culturais, o que para os tibetanos é uma preocupação, ao manifestar o risco de destruição da cultura tibetana.

Todavia, o prejulgamento de que a identidade cultural do Tibete seria perdida é contraposta pelo cuidado chinês em proteger símbolos da cultura tibetana, como os templos e mosteiros budistas, que em sua maioria são considerados monumentos históricos culturais. Para o Partido Comunista Chinês, a acusação de que a China quer destruir a cultura tibetana é maliciosa, afirmando que não há vontade de lutar contra a fé religiosa do Tibete. Mas sim de se opor à inaceitável secessão, o que é feito por meio de investimentos, que atribuem um significativo crescimento regional (VERNOLE, 2014).

Também há medidas chinesas para garantir mais influência política na Região Autônoma do Tibete. Como exemplo pode-se buscar o caso da escolha do 11º Panchen Lama, que é considerado a segunda mais importante figura religiosa tibetana. Assim como já foi investigado nesta pesquisa, o episódio se trata do anúncio, feito de forma unilateral por parte do Dalai Lama, do reconhecimento do próximo Panchen Lama. O que é levado como um desafio à autoridade chinesa, já que se trata da escolha de um líder de grande importância (DUMBAUGH, 2008).

Recordando o acontecimento, apesar do Dalai Lama ter indicado a reencarnação do 11º Panchen Lama, a China não o aceita, recomendando Gyaltzen Norbu como o novo Panchen, e lutando para sua aceitação como candidato escolhido. Tal atitude pode ser vista como mais uma estratégia política, afim de ganhar um aliado no território tibetano (CHANSORIA, 2011).

Além disso, devem ser considerados os grandes esforços chineses para a melhoria de infraestrutura na região do Tibete, sendo este um importante impulso para o crescimento econômico e desenvolvimento da área. Tais melhorias têm dois principais objetivos evidentes: contentar a população tibetana, afim de evitar revoltas, como é apontado pela autora Carla Freeman: "Economic development along China's border regions has been an important aspect of frontier management as a tool in

reducing the potential for ethnic unrest, reflected in such policies as the “revitalize the border areas and enrich the minority people’s lives<sup>79</sup>” (FREEMAN, 2011, p. 28); e aproximar as regiões de fronteira com o centro da China, por meio de, por exemplo, rodovias e ferrovias com melhor capacidade e menor tempo de viagem, como será visto a seguir.

Para começar, é indispensável citar os investimentos nas linhas ferroviárias. Como exemplo, se tem a Ferrovia Qinghai-Tibete, que foi finalizada e entrou em funcionamento completo em 2006, proporcionando para a população uma via de ligação entre a isolada planície tibetana e o restante da China. Além da maior conexão entre as regiões, a construção da ferrovia serve como demonstração da soberania chinesa sobre o território tibetano. Para mais, a China anuncia o interesse na elaboração de uma malha ferroviária mais completa na região, inclusive em cobrir as áreas mais próximas à fronteira com a Índia (CHANSORIA, 2011).

Outro projeto, para garantir essa aproximação física do Tibete ao restante do Estado, seria a construção e o investimento em rodovias. A China possui projetos, incluindo a edificação de pontes e túneis, para facilitar o deslocamento na região tibetana, diminuindo a distância e o tempo das viagens, além de proporcionar maior capacidade de escoamento e transportação.

The PRC is expected to spend 20 billion yuan (US \$3.13 billion) in the coming years, mainly on the construction of 103 highway projects. Presently, 80 percent of Tibet’s townships and nearly 20 percent of villages are accessible by highways. The Western, Central and Eastern Highways have leveraged greater connectivity between western and mainland China<sup>80</sup> (CHANSORIA, 2011, p. 14).

Além disso, a construção dessas rodovias, facilita o comércio internacional e a manutenção de boas relações com os vizinhos. No plano chinês, é programado que se tenha uma conexão com Estados como a Índia, o Nepal, o Paquistão e o Butão. Com a abertura e melhorias no comércio fronteiriço, o Tibete alcança um maior potencial para o desenvolvimento, que pode ocorrer de forma mais rápida. Fora que,

---

<sup>79</sup> O desenvolvimento econômico nas regiões fronteiriças da China tem sido um aspecto importante da gestão de fronteiras como uma ferramenta para reduzir o potencial de agitação étnica, refletida em políticas como “revitalizar as áreas de fronteira e enriquecer a vida das minorias” (tradução nossa).

<sup>80</sup> A República Popular da China espera gastar 20 bilhões de yuans (US \$ 3,13 bilhões) nos próximos anos, principalmente na construção de 103 projetos rodoviários. Atualmente, 80% dos municípios do Tibete e quase 20% das aldeias são acessíveis por rodovias.<sup>48</sup> As rodovias ocidentais, centrais e orientais alavancaram uma maior conectividade entre a China Ocidental e a China continental (tradução nossa).

o interesse de integração com os Estados vizinhos não se dá apenas no âmbito de construção rodoviária, e sim em um desenvolvimento mútuo, como por exemplo a intenção de conectar-se via fibra ótica e desenvolver gasodutos para cooperação energética com o Nepal (CHANSORIA, 2011).

No entanto, há de se considerar que as estradas tibetanas possuem períodos de encerramento obrigatório do tráfego, devido às condições climáticas. Essa é uma dificuldade de difícil resolução, se tornando um problema para a desejada integração do Tibete, e para o seu desenvolvimento.

Ainda na questão de mobilidade para o Tibete, o governo central chinês também desenvolveu projetos envolvendo o transporte aéreo. Espera-se a construção de mais aeroportos, com melhorias e aumento na quantidade de pistas de pouso e decolagem, acompanhado da aquisição de novas aeronaves, bem como o aumento no número de helipontos; tem que se levar em consideração também a criação de uma companhia aérea própria para Região Autônoma do Tibete (CHANSORIA, 2011).

A importância desse desenvolvimento aéreo no Tibete é notável, já que com o investimento nos aeroportos e aeronaves, quiçá de uma companhia aérea, proporciona mais um meio de transporte englobando toda a região tibetana. É indispensável notar que, considerando o fato da altitude do Tibete se bem maior do que o restante da China e do mundo, é necessário que se tenha cuidados especiais, como com o tamanho da pista de decolagem e pouso, quantidade de combustível e etc. O que não deixa de ser considerado pelo governo chinês.

Such developments would progressively increase the air induction capability into the TAR. It needs to be mentioned here that owing to the critical high altitude of the airports in Tibet, the Chinese Air Force encounters problems in terms of fuel, oxygen as well as the length of the runways. Owing to this, China has purchased an additional 18 IL-78 aircraft for developing the existing air-to-air refuelling capability, so that the aircraft can take off with added load and use less fuel and, subsequently, can be refuelled in the air to achieve greater endurance, which shall be crucial as far as the radius of action as well as payload of all aircraft is concerned<sup>81</sup> (CHANSORIA, 2011, p. 16).

---

<sup>81</sup> Tais desenvolvimentos aumentariam progressivamente a capacidade de indução de ar no TAR. É preciso mencionar aqui que, devido à alta altitude crítica dos aeroportos no Tibete, a Força Aérea Chinesa encontra problemas em termos de combustível, oxigênio e comprimento das pistas. Devido a isso, a China comprou mais 18 aeronaves IL-78 para desenvolver a capacidade existente de reabastecimento aéreo, para que a aeronave possa decolar com carga adicional e usar menos combustível e, posteriormente, possa ser reabastecida no ar para alcançar maior resistência, que será crucial no que diz respeito ao raio de ação e à carga útil de todas as aeronaves (tradução nossa).

Para mais, há investimentos chineses também no que diz respeito à maior capacidade de comunicação com a região tibetana. Por volta de 2005 e 2006 foi planejada, e concluída, a instalação de antenas para comunicação via satélite e fibra ótica em toda a região do Tibete. Se tinha o intuito de proporcionar uma comunicação em tempo real entre todos os distritos e também com o centro da China. A capacidade telecomunicativa do Tibete teve uma real melhoria, o aumento no número de linhas telefônicas, mais pessoas com acesso ao serviço e mais usuários móveis, inclusive nas zonas rurais servem como exemplo do aprimoramento. Além disso, era esperado que as bases militares ao longo da fronteira tibetana recebessem essa tecnologia também (CHANSORIA, 2011).

Como foi visto, a China faz diversos investimentos visando o desenvolvimento da região tibetana. “É fato que a China fez grandes investimentos no desenvolvimento econômico do Tibete e em sua infra-estrutura, educação, saúde etc. [...] nunca, em toda sua história, os tibetanos medianos desfrutaram de um padrão de vida comparável ao que têm hoje” (ZIZEK, 2008). Todos os investimentos e melhorias na infraestrutura tibetana citados acima, são importantes para cumprir os objetivos de cativar e apaziguar a população, bem como causar a proximidade entre o centro e a periferia chinesa.

Mas além do papel de construir um laço entre o Tibete e o restante da China, e de comprazer a população regional, é notório que o desenvolvimento na infraestrutura tibetana traz benefícios para as tropas militares chinesas instaladas na região, o Exército Popular de Libertação. Inclusive, para a autora Monika Chansoria, que é especialista no assunto de segurança contemporânea da Ásia, com foco na China, os investimentos chineses na região vão além do que seria necessário para os tibetanos, indicando uma estratégia muito bem orquestrada para caso seja necessária uma ação mais drástica para garantir a soberania sobre o território.

Infrastructure build-up and advancing military capabilities in Tibet by China goes well beyond the genuine needs of Tibet or the Tibetan people and amounts to power projection in the wider sense. Beijing seems to be leaving no stone unturned to ensure that it emerges victorious in this high-stake battle, be it politically or militarily<sup>82</sup> (CHANSORIA, 2011, p. 32).

---

<sup>82</sup> O aumento da infraestrutura e o avanço das capacidades militares no Tibete pela China vão muito além das necessidades genuínas do Tibete ou do povo tibetano e equivalem à projeção de poder no sentido mais amplo. Pequim parece não estar deixando pedra sobre pedra (faz todo o possível) para garantir que se saia vitoriosa nesta batalha de alta participação, seja politicamente ou militarmente (tradução nossa).

Para ilustrar esses benefícios, pode-se considerar a já citada, Ferrovia Qinghai-Tibete, que possibilita a locomoção de mais de 100 mil tropas no período de um mês, facilitando operações militares, ajudando também em manobras logísticas, como a troca de tropas e carregamento de material bélico. Além disso, se tem a vantagem da diminuição do tempo necessário para o deslocamento das tropas, contando não só com caminhos mais curtos, mas também com a possibilidade de viagens durante o período diurno e noturno.

Presently, the travel time for troops from Golmud to Lhasa is approximately 72 hours (including night halts and restrictions). The QTR line has reduced this to 16 hours, implying a complete turnaround time of about three days from Golmud to Lhasa. In fact, Chinese troops were being transported on this rail network to Lhasa in December 2007, signifying its use for military purposes<sup>83</sup> (CHANSORIA, 2011, p. 18)

É notável, também, que se ganhou uma grande competência relacionada ao transporte de material bélico e equipamentos de combate, com os investimentos na infraestrutura. A capacidade de locomoção de forma profícua e viabiliza a ação de divisões de rápida reação, garantindo a segurança da região e de todo o Estado chinês. Assim como é elucidado pelo seguinte trecho:

The average load capacity of one Chinese train car is normally 60 tonnes, with about 20 cars in each cargo train. This ideally should imply that each train could transport 1,200 tonnes, and, thus, 11 trains travelling both ways would be enough for each day. In times of war, the actual number of trains running on the railroad could double to roughly 20 trains both ways, each day. If the total weight of the equipment and combat material needed for one rapid reaction division of the Chinese Army was around 15,000 tonnes, the Qinghai-Tibet Railway could transport a whole rapid reaction Division on an average day<sup>84</sup> (CHANSORIA, 2011, p. 20).

Além disso, a capacidade de rapidez na locomoção de tropas ou até mesmo de equipamento militar via aérea, resulta em um ganho militar com os investimentos em

---

<sup>83</sup> Atualmente, o tempo de viagem das tropas de Golmud a Lhasa é de aproximadamente 72 horas (incluindo paradas noturnas e restrições). A linha QTR reduziu para 16 horas, o que implica um tempo de retorno completo de cerca de três dias, de Golmud a Lhasa. Na verdade, as tropas chinesas estavam sendo transportadas nesta rede ferroviária para Lhasa em dezembro de 2007, significando seu uso para fins militares (tradução nossa).

<sup>84</sup> A capacidade de carga média de um vagão de trem chinês é normalmente de 60 toneladas, com cerca de 20 carros em cada trem de carga. Isto idealmente deveria implicar que cada trem poderia transportar 1.200 toneladas, e, assim, 11 trens viajando nos dois sentidos seriam suficientes para cada dia. Em tempos de guerra, o número real de trens que circulam na ferrovia poderia dobrar para cerca de 20 trens de ida e volta, ambos os dias. Se o peso total do equipamento e do material de combate necessários para uma divisão de reação rápida do Exército chinês fosse de cerca de 15.000 toneladas, a Ferrovia Qinghai-Tibet poderia transportar toda uma Divisão de reação rápida em um dia normal (tradução nossa).

infraestrutura. Com o potencial projeto para o investimento em aeroportos e aeronaves se ganha também a vantagem de possibilitar operações de lançamento aéreo, dispensando tropas terrestres e poder de fogo de defesa aérea fixado no solo.

Ademais, o aprimoramento nas redes de comunicação também conferiu benefícios para o Exército Popular de Libertação. A possibilidade de correspondência em tempo real, via as instalações de satélite e fibra ótica na região, permite chamadas com instruções urgentes e mais precisas, condução de operações à distância e etc. Tudo isso confere força ao exército chinês, que claramente ganha vantagem sobre qualquer ameaça estrangeira que não possua esta tecnologia.

Sem contar com o proveito econômico que pode ser tirado desses investimentos. Não só no âmbito civil, mas também se inclui a diminuição de gastos militares, e simplificação logística que o aparato tecnológico incorporado na região proporciona. Dessa maneira, pode-se pensar no reinvestimento financeiro para outras questões, como a melhoria e aumento de tropas ou forças integradas e material bélico (CHANSORIA, 2011).

Mais além, ainda podem ser consideradas certas suposições, como a sistematização para o uso de mísseis ou desenvolvimento do potencial bélico chinês, usufruindo da capacidade regional e de sua infraestrutura. Bem como é feito no seguinte pressuposto:

Once the construction of these tunnels was completed, however, they were kept unused for several months, which led to speculation that some of the tunnels were probably being used as missile bases. [...] Some of the tunnels on the railway line can also be developed as possible secure storage sites for rail mobile ballistic missiles<sup>85</sup> (CHANSORIA, 2011, p. 19).

Visto os investimentos em infraestrutura, e como eles trazem benefícios para a China no Tibete, afirma-se que há uma clara vantagem logística e militar, além de nos demais âmbitos, sobre os seus vizinhos. Pode-se usar como exemplo, a precariedade das estradas indianas, dado a topografia intrincada e dificuldade para disponibilizar trabalho e materiais para sua construção e manutenção: “while Chinese trucks could drive right till the border in their vehicles due to their superb roads, Indian soldiers

---

<sup>85</sup> Uma vez que a construção desses túneis foi concluída, no entanto, eles foram mantidos inutilizados por vários meses, o que levou à especulação de que alguns dos túneis provavelmente estavam sendo usados como bases de mísseis. [...] Alguns dos túneis na linha ferroviária também podem ser desenvolvidos como possíveis locais de armazenamento seguro para mísseis balísticos móveis de trilho (tradução nossa).



sometimes end up trekking 10-15 km to reach their border posts<sup>86</sup>” (CHANSORIA, 2011, p. 30).

Dessa forma, nas negociações entre os países da Ásia Oriental, a China está em uma posição de superioridade, contando com a configuração de força mantida perante os demais Estados. Ainda que se tenha a intenção, já vista, de aproximação e cooperação com os vizinhos, não se pode descartar que a China pode ser vista como uma ameaça, mas em caso de conflito possui atributos que fazem inclinar para sua vitória, em relação aos possíveis oponentes.

Com o intensivo desenvolvimento idealizado na região tibetana, as tropas do Exército Popular da Libertação melhoram sua capacidade de responder rapidamente às ameaças, tanto internas quanto externas. Além de que, diversas das atitudes tomadas pela China, são precauções para que não haja imprevistos em relação às insurreições populares tibetanas (CHANSORIA, 2011).

Portanto, é presumível que o dispêndio para investir em infraestrutura no Tibete é uma estratégia chinesa, conquistando mais poder de influência na região, contentamento da população, elos fortes entre o centro da China e a província tibetana, e ainda por cima ganha vantagens para a atuação militar no território. Assim sendo, se a problemática tibetana não é securitizada pela China, pode passar a ser a qualquer momento, e a China já estaria preparada para tomar as medidas emergenciais necessárias.

---

<sup>86</sup> Enquanto caminhões chineses poderiam dirigir até a fronteira em seus veículos, devido às suas estradas excelentes, os soldados indianos, algumas vezes, acabam tendo que fazer trilhas de 10-15 km para alcançar seus postos de fronteira (tradução nossa).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do trabalho presente possibilitou o maior entendimento de um assunto que se mostra interessante aos olhos de muitas pessoas, mas que, no entanto, possuem uma ideia equivocada sobre a temática. Com esta pesquisa espera-se que a problemática tibetana seja compreendida de uma maneira mais próxima da realidade.

Em primeiro lugar foi visto como o Tibete era antes do domínio chinês, ressaltando duas características principais, o feudalismo e o monasticismo em massa. Tais características são indicativo de uma sociedade injusta e conservadora, além da atestada condição de miséria da população. Tal situação foi modificada com a administração chinesa na região, sendo possível notar que com os investimentos da China no Tibete proporcionam uma incontestável melhoria no modo de vida da população tibetana.

O feudalismo tibetano era de um molde próximo ao que se encontrava na Europa da Idade Média, com a diferença da hereditariedade do pertencimento dos servos aos seus Senhores, onde se configura uma sociedade injusta, na qual uma pequena parcela é identificada como elite, privilegiada e servida pela maioria da população que beira a miséria. Tal conformação da política econômica tibetana foi existente até meados da década de 1950, quando o Partido Comunista da China de Mao Zedong toma medidas mais drásticas para a inserção e conformidade do Tibete na sociedade chinesa.

Para mais, o monasticismo em massa do Tibete estabelece a designação de prestígio para os monges, dando importância para a esfera religiosa, que acaba sobrepondo os meios políticos e econômicos da região. Dessa forma, se tem a liderança do Dalai Lama, além de diversos cargos do governo reservados para monges e abades. Este modelo político acaba por configurar uma governança extremamente conservadora, afim de proteger os interesses religiosos do budismo tibetano.

Dessa forma, a primeira inferência que se tem durante a pesquisa é de que, diferente do que é imaginado pela sociedade ocidental que defende uma independência tibetana, o Tibete antes do controle chinês não era um paraíso, mas sim uma sociedade retrógrada, cheia de miséria e injustiças. E que a China, apesar

das acusações de abusos contra os direitos humanos, transforma a economia e a política tibetana, trazendo melhorias expressivas e bem visíveis.

Prosseguindo, abordou-se o período em que a China possui soberania sobre a região tibetana. O que se deu desde o século XVIII, com a conquista feita pela dinastia Qing; e foi reconhecida internacionalmente [a soberania] a partir de 1900. Entretanto, considerando que a dominação era feita de modo suave, com pouca interferência no modo de vida tibetano, além do fato de que, com a queda desta dinastia se teve uma perda de influência sobre a região, entra-se em discordância em relação à manutenção de soberania chinesa sobre o Tibete. Foi visto que há uma dissidência entre parte dos tibetanos e o governo chinês, especificamente referente à dúvida que se tem em relação ao tempo da soberania chinesa sobre o território tibetano.

Durante a pesquisa, no entanto, chegou-se ao entendimento de que a soberania chinesa sobre o Tibete é ininterrupta desde seu início no século XVIII. Ainda que a Revolução de 1911 manifeste insubordinação da parte Tibetana, compreendeu-se que a falta de um acordo de independência configura a situação de não independência. Mesmo que, durante um longo período a China não tenha atuado de maneira concreta na região, como ocorre na década de 1950 com a reafirmação de soberania da China sobre o Tibete.

Principalmente, o estudo do histórico de relações sino-tibetanas serviu para demonstrar a existência evidente de uma problemática a ser considerada pela China. Não considerando necessariamente que o problema vem de um movimento separatista tibetano, já que é constatado que a independência tibetana não é um intuito principal dentre as causas levantadas pelo Dalai Lama. Contudo, a existência de um conflito generalizado na região do Tibete é inegável, tendo exemplos pontuais como as diversas manifestações tibetanas, as autoimolações, a fuga do Dalai Lama, o governo em exílio, seus discursos públicos, etc.

Em relação às interferências externas na questão do Tibete, compreendeu-se que suas atitudes contribuam para o encadeamento da problemática tibetana. Seja em ações específicas que apoiam a independência tibetana e vão contra a China, ou de uma forma geral de repercussão e atenção internacional, tornando a problemática mais complexa e delicada.

Antes de mais nada, foi vista a internacionalização da problemática por meio da atenção da população ocidental ao Tibete. Admite-se o uso de *soft power* pela parte tibetana, considerando a popularidade do Dalai Lama e seus discursos a favor

da causa tibetana, além da imagem mística e benevolente que o Tibete demonstra. Logo, sendo atrativo para aprovação popular internacional, que passa a apoiar a proteção do Tibete, contra a China, colocada numa posição de vilã que irá destruir a cultura pura e a religião tibetana. Dessa forma, chegou-se ao entendimento que, apesar dos ganhos militares chineses para a manutenção de soberania no território tibetano, se perde na questão de legitimar seus atos e atrair popularidade e apoio internacional.

Depois disso, foi apurado como Estados influenciam diretamente na questão tibetana. Como foi exemplificado em diversas situações diferentes: a Convenção de Simla, planejada e conduzida e totalmente manipulada pela Grã-Bretanha, onde se teve a discussão da redefinição das fronteiras tibetanas, a modo que a China saísse prejudicada; ações mais suaves, como os encontros dos presidentes norte americanos com o 14º Dalai Lama, ou até mesmo a premiação internacional a ele conferida; e a doação de armamento britânico e o treinamento de soldados tibetanos na Índia, para que pudessem combater o exército de Sichuan.

Dessa forma, foi corroborado que estes Estados possuem atitudes que contribuem fundamentalmente para existência e continuidade do conflito, e que incitam um movimento separatista tibetano. Considerando acima de tudo, que as potências estrangeiras possuem um nítido interesse na região tibetana e que o incentivo que demonstram não é com o intuito de que o Tibete se torne uma nação independente, mas sim uma zona de influência como forma de imperialismo desses Estados.

Conquanto aos fatores geopolíticos tibetanos, foi confirmado que a região possui um ostensivo potencial estratégico. Levando em consideração o relevo, que é propício para que sirva de proteção natural, a abundância de recursos naturais, o impressionante potencial hídrico e a grande extensão territorial, nota-se a importância geopolítica que o Tibete possui. Assim constatando que a região tibetana é atrativa do interesse estrangeiro, bem como justifica o interesse chinês na proteção do Tibete.

Para mais, a região tibetana foi considerada também como um ponto de fragilidade na fronteira chinesa, referindo-se ao fato de que representaria um grande problema para a China, caso esse território fosse controlado por outro Estado. Dessa forma, chegou-se a conclusão de que, em termos geopolíticos e estratégicos, o Tibete possui uma imensa importância para a China, e isso reforça a indispensabilidade da

defesa e presença chinesa no Tibete, afim de manter sua soberania sobre este território.

Portanto, partindo das considerações feitas, a hipótese inicial desta pesquisa é confirmada. A importância, para a China, da manutenção de sua soberania sobre o território tibetano se dá em razão dos fatores mencionados acima, tendo como principal motivação a segurança nacional chinesa. O reconhecimento da existência de uma tensão regional, que ameaça a China, em termos territoriais, estratégicos e de estabilidade doméstica mostra a necessidade da proteção do Tibete.

Após atestar a importância da Região Autônoma do Tibete para a China e reconhecer que é necessária a proteção desse território seria oportuno que se revisasse como isso é feito. Por isso, durante a última parte deste trabalho, foram verificadas as medidas tomadas pela China, visando a manutenção da região do Tibete.

Foram identificadas diversas medidas que facilitam de muitos modos a manutenção de soberania chinesa sobre o Tibete. Há medidas para que se aumentasse a presença da etnia Han na região, para a inclusão de um pensamento mais moderno entre os próprios tibetanos, para conquistar uma maior influência política, medidas de melhorias para o contentamento da população tibetana, afim de evitar insurreições, para aproximar a periferia tibetana do centro da China, etc.

Por fim, foi concluído que as medidas tomadas pela China para a manutenção de soberania sobre o território tibetano deixam a China um passo à frente de possíveis ameaças à sua soberania e fazem parte de uma estratégia muito bem arquitetada. Visto que as atitudes chinesas servem de prevenção, conquistando mais poder de influência na região, contentamento da população, elos fortes entre o centro da China e a província tibetana, e além disso melhoram proporcionam vantagens na atuação militar e a capacidade do Exército Popular de Libertação para caso tenham que responder à alguma ameaça urgente.

Em síntese, é possível afirmar que o trabalho presente cumpre seu comprometimento com os objetivos inicialmente traçados. Investigando o histórico de relações entre o Tibete e a China, com enfoque nas relações a partir de 1950; apurando a interferência causada por outros Estados, como a Índia, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, por meio de suas relações com o Tibete; analisando a relevância da região tibetana, em seus aspectos geopolíticos, territoriais e

populacionais, para a China; e por último verificando a preocupação e ponderando as ações chinesas para a manutenção do território tibetano.

Para complementar, ainda que não estivesse entre os objetivos ou problema de pesquisa deste trabalho, buscou-se entendimento sobre a teoria de securitização, posto que este fosse objeto do tema da pesquisa. Através desse estudo conclui-se que a securitização envolve os seguintes fatores: o ato de fala para apresentar a gravidade de um problema e a ameaça que este representa para a sobrevivência, o reconhecimento da problemática como um assunto de segurança internacional, por parte da audiência, e a implementação de medidas de emergência e excepcionais.

No entanto, a partir desse entendimento, levantou-se o questionamento de que se a problemática tibetana é securitizada pela China, ou apenas politizada. Considerando a importância do território tibetano para a segurança chinesa, e todo o conflito entorno dessa região, assumiu-se que o Tibete é um assunto de segurança. Porém, levantou-se a hipótese de que a securitização não ocorra, e sim uma politização da questão; considerando a oscilação de políticas da China para o Tibete, e a perduração da problemática, ao invés do uso de medidas drásticas para uma resolução urgente. Assim, fica a questão: A China securitiza a problemática tibetana? Desse modo, aqui se sugere que como uma perspectiva de pesquisa futura se utilize tal questionamento, como inspiração ou até como um problema de pesquisa.

## Bibliografia

ARPI, Claude. **Tibet: the lost frontier**. Atlanta, Lancer Publishers, 2013. Disponível em [https://books.google.com.br/books?id=eBL0DqFRw7YC&pg=PT35&hl=pt-BR&source=gbs\\_toc\\_r&cad=4#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=eBL0DqFRw7YC&pg=PT35&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=4#v=onepage&q&f=false) > acesso em 24/04/2018.

BHATKOTI, U. D. **Tibet: India-China Relations in 21st Century**. [2005?] Disponível em <http://www.mtac.gov.tw/mtacbooke/upload/09503/0301/e3.pdf> Acesso em: 20/05/2018

BONFIM, Uraci Castro. **Curso de política, estratégia e Alta administração do exército Ensino a distância Cpeaex / ead**. Escola de comando e Estado-maior do exército, 2005.

BUZAN, Barry. **Rethinking Security after the Cold War**. In **Cooperation and Conflict**. v.32 London: SAGE Publications, 1997.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; de WILDE, Jaap. **Security: a new framework for analysis**. Estados Unidos: Lynne Rienner Publishers, Inc, 1998.

CARDOSO, Ruth Correa Leite. **Movimentos Sociais na América Latina**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1987.

CAVALCANTE, Guilherme Antonio Gomes. **O Tibete e o Estado chinês: um dilema ideológico, econômico e estratégico**. Faculdade Damas, Caderno de Relações Internacionais – V.2, N.3, 2011.

CELERIER, Pierre. **Geopolítica y Geoestratégia**. Editorial Pleamar [1995?].

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook. East & Southeast Asia :: China.** Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/ch.html>> Acesso em 25/09/2018.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Library: China.** Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/resources/cia-maps-publications/China.html>> Acesso em 28/09/2018.

CIDREIRA, Renata Pitombo. **A moda nos anos 60/70 (comportamento, aparência e estilo).** Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras, vol. 2, 2008.

**Conheça o Tibete.** Disponível em <<http://www.xizang.gov.cn/>> Acesso em 25/09/2018

CONSORTIUM OF DEFENSE ANALYSTS, **New China-India border agreement does little to ease tensions,** 2013. Disponível em: <<https://cofda.wordpress.com/2013/10/23/new-china-india-border-agreement-does-little-to-ease-tensions/>> Acesso em: 03/11/2018.

CHANSORIA, Monika. **China's Infrastructure Development in Tibet: Evaluating Trendlines.** Nova Deli: Centre for Land Warfare Studies (CLAWS); Kalpana Shukla, 2011.

DUMBAUGH, Kerry. **Tibet: Problems, Prospects, and U.S. Policy.** CRS Report for Congress, 2008. Disponível em <<https://fas.org/sgp/crs/row/RL34445.pdf>> acesso em 08/06/2018

FERNANDES, José Pedro Teixeira. **Geopolítica: as grandes questões do mundo contemporâneo. A Questão do Tibete.** 2016, 59 slides, Instituto Cultural D. António Ferreira Gomes.

FRAVEL, Taylor M. **Strong Borders, Secure Nation COOPERATION AND CONFLICT IN CHINA'S TERRITORIAL DISPUTES.** Princeton: Princeton University Press, 2008.



FREEMAN, Carla. **Fragile Edges Between Security and Insecurity: China's Border Regions.** p. 23, in Guo, Rongxing, Freeman, Carla (Eds.). **Managing Fragile Regions: Method and Application.** editora Springer; 2011. XV,174 p.

GOLDSTEIN, Melvyn C. **A History of Modern Tibet, 1913-1951: The Demise of the Lamaist State.** Berkeley: University of California Press, 1992.

GOLDSTEIN, Melvyn C. **A History of Modern Tibet: The Calm Before the Storm: 1951-1955.** Berkeley: University of California Press, 2007.

GOLDSTEIN, Melvyn C. **The Snow Lion and the Dragon: China, Tibet, and the Dalai Lama.** Berkeley: University of California Press, 1997.

HERNÁNDEZ, Roberto. **La contienda por el Tíbet.** Guadalajara: México y la Cuenca del Pacífico, 2009. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=433747598003>> acesso em 10/06/2018

JIAWEI, Wang; GYAINCAIN, Nyima. **The Historical Status of China's Tibet.** Washington: Journal of the Washington Institute of China Studies, Vol. 4, No. 3, p18-66, 2009.

LIN, Diana. **A Brief History of Tibet.** Harvard University Graduate School of Education, [entre 2012 e 2017]. Disponível em <<http://chinasince1644.cheng-tsui.com/sites/chinasince1644.cheng-tsui.com/files/upload/Brief%20History%20of%20Tibet.pdf>> acesso em 21/04/2018.

LIXIONG, Wang. **The People's Republic of China's 21st Century Underbelly.** BBC Monitoring Service [1999?].

MACKINDER, Halford J. **O Pivô Geográfico da História.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29, pp. 87 - 100, 2011

**New strategic rail network to Tibet's borders endangers environment, raises regional security concerns.** International Campaign for Tibet, 2014.

NOTARIO, Carolina Alberto. **LA CUESTIÓN DEL TÍBET: UN ASUNTO DE DIFÍCIL SOLUCIÓN.** Instituto Español de Estudios Estratégicos, 2015. Disponível em:

<[http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs\\_opinion/2015/DIEEEO63-2015\\_Tibet\\_CarolinaAlberto.pdf](http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2015/DIEEEO63-2015_Tibet_CarolinaAlberto.pdf)> acesso em: 12/06/2018.

NYE, Joseph S. **Soft Power. Foreign Policy.** p. 153-171. 1990

POWERS, John. **History as Propaganda: Tibetan Exiles versus the People's Republic of China.** Oxford: Oxford university Press, 2004.

TAKAHIRO, Onuma. **The Qing Dynasty and Its Central Asian Neighbors.** Japão: Tohoku Gakuin University, Volume 12, 2014.

TANNO, Grace. **A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional.** Rio de Janeiro, vol.25, no 1, janeiro/junho 2003, pp.47-80.

TIBET DATA. **Tietan Population.** Disponível em <<http://tibetdata.org/projects/population/index.html>> Acesso em 25 de set de 2018 .

VERNOLE, Stefano. **La Repubblica Popolare Cinese e il Tibet": progetto di ricerca del Cesem (Centro Studie Eurasia Mediterraneo)** Trieste: 2014.  
Disponível em: <<http://www.cese-m.eu/cesem/2014/10/limportanza-geopolitica-della-regione-tibetana-analisi-ed-ingerenze-esterne/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

MINORITY RIGHTS GROUP INTERNATIONAL, **World Directory of Minorities and Indigenous Peoples - China : Tibetans,** 2017. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/49749d3dc.html>> Acesso em 03/11/2018.

ZIZEK, Slavoj. **O Tibete não é tudo isso.** Folha de São Paulo, 2008.